



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

PRIMEIRA REUNIÃO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM DEZASSETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

----- **ATA NÚMERO DOIS** -----

Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, realizou-se na sede, sita na Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a primeira reunião da primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Fernanda Fernandes, José António Caria, Fernando Coelho e Alcídio Torres de Carvalho. **CDU** – Francisco Salpico, Avelino dos Santos Antunes, José Manuel Rosa Ferra, Mário Manuel Rocha Baliza Leonardo, Ana Paula Batalha e Ana Catarina Jimenez. **PSD** – Ana Filipa Mota, Sérgio Vasco, Alfredo Rodrigues, João Figueiredo, Nadine Balasteiro e Pedro caria Lopes. **BE** – Ricardo Caçoila e Cipriano Pisco. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
9
B

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta ou seus substitutos**: -

União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – José Manuel Santos, em substituição de Fernando Caria, (PS); -----

União das Freguesias de Pegões – António Francisco Miguéns (PS); -----

Junta da União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia – Luís Miguel Morais (PS); -----

Junta de Freguesia de Canha – Armando Piteira (PSD); -----

Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Joaquim Batalha (CDU). -----

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

Deputados Municipais

Sabina Pereira (CDU), tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Ana Paula Batalha. -----

Maria do Carmo Guia (PSD), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Pedro Caria Lopes; -----

Francisco Cordeiro (PSD), tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nadine Balasteiro. -----

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU), Maria Clara Silva (PS), Mercês Borges (PSD), Nuno Catarino em substituição de Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD) e Francisco dos Santos (PS). -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Seguidamente, a Senhora Presidente, abriu o período destinado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----

O Município Carlos Sousa, no uso da palavra, disse: “Boa noite, Sou o Carlos Sousa, sou vice-presidente da direção do União Futebol Clube Jardense, estou aqui mandatado nessa qualidade. -----

Quero por uma lado efetuar a entrega da faixa de campeões distritais de futebol 11 – escalão de iniciados conquistada na época transata, e que por motivos de impossibilidade da Câmara em responder afirmativamente aos convites que foram lhe endereçados, a mesma ainda não tinha sido entregue. -----

Por outro lado queria colocar aqui algumas questões que são pertinentes para nós, e para as quais gostaríamos de ouvir as respostas que o município tem para nos dar e também dos membros da Assembleia Municipal porque a vossa opinião também é importante para nós. -----

O Jardense é uma coletividade eclética, onde se praticam várias atividades desportivas, nomeadamente futebol, com vários escalões de formação, pesca desportiva também com vários escalões de participantes, artes marciais - muay thai, ginástica, chinquilha, entre outros. -----

Temos um conjunto de atividades realizadas anualmente no âmbito desportivo onde destacamos: -----

- Os diversos campeonatos distritais de futebol da federação Portuguesa de Futebol. -----
- O torneio comemorativo do 25 de Abril em parceria com a Junta de freguesia, que envolve mais de 200 jovens. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AVA
h
re

- Os campeonatos de pesca desportiva. -----
- A participação anual no projeto da Câmara Municipal, “Montijo Lugar de Encontros”, com o evento de formação de pesca para jovens e participação da equipa de Muay Thai. -----
- O campeonato distrital de chinquilha. -----

Fora do âmbito desportivo promove um conjunto de atividades, desde a disponibilização gratuita de instalações: para iniciativas de rastreio de saúde à população local, à escola básica da Jardia para atividades dos seus alunos, à junta de freguesia e câmara municipal sempre que solicitado, também efetua formação de estagiários em protocolo com a Escola Poeta Joaquim Serra entre outras atividades. -----

Passando às questões: -----

No passado mês de Setembro o Jardense propôs à Câmara a doar a esta um relvado sintético usado para ser colocado no campo do esteval, tendo como contrapartida para o Jardense poder partilhar a utilização do mesmo com os Unidos. Tal situação era importante pois parte importante dos nossos atletas são do Montijo, são carenciados reconhecidos pela segurança social e representam um esforço para o Jardense além dos custos inerentes à prática desportiva ainda providenciamos o seu transporte. Apesar de a Câmara ter colocado no contrato-programa a valorização da cedência do espaço, até hoje ainda não deu resposta à nossa proposta. -----

Paralelamente a esta situação foi cedido pela Câmara ao Jardense o transporte da referida relva entre a empresa e as instalações do Jardense (situação que também faz parte do contrato-programa). Mas o que parecia ser um apoio importante da autarquia revelou ser algo diferente, pois a autarquia após iniciar



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
Pg

o transporte da referida relva, informou que não poderia continuar e que não tinha data prevista para retomar o referido transporte, tal situação obrigou o Jardense a recorrer a uma empresa tendo pago 1.050,00 €. Se não podiam garantir o transporte não deviam ter assumido que o faziam, já que colocaram uma situação difícil de tesouraria ao Jardense. -----

Além dos dois apoios referidos atrás faz parte do contrato-programa a cedência de transportes, mas apesar de para esta época ter pedido 6 utilizações, a Câmara apenas pode efetuar 2, infelizmente para o Jardense os pedidos dizem respeito a deslocações das equipas de futebol ao Alentejo para disputar as provas oficiais do campeonato de futebol e por exemplo próximo dia 12 de Março a equipa de Juvenis que venceu há duas semanas o seu grupo do campeonato distrital vai ter uma deslocação a Santiago do Cacém para disputar jogo de apuramento para título de campeã distrital, ainda não está garantido transporte para todos já que só nesta equipa 9 elementos são jovens carenciados. -----

No contrato-programa existente, fora estes apoios não financeiros o Jardense recebeu também um apoio financeiro de 1.000,00€. Naturalmente que este valor não chega nem para a água que anualmente é paga à Câmara, ou para o valor do transporte da relva que teve de assumir. O Jardense é proprietário das suas instalações e tem a sua atividade suportada pelas receitas próprias e pelo mecenato que o apoia, não tem dívidas, mas infelizmente este ano teve de reduzir as atividades e atletas devido à redução dos meios disponíveis. -----

O Jardense no ano anterior apresentou candidatura para um projeto de modernização de infraestruturas desportivas promovido pela Federação Portuguesa de Futebol, pretendia com essa candidatura construir balneários,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Reg

pois os 2 existentes são insuficientes e limitadores da atividade colocando graves dificuldades quando temos atividades por exemplo com elementos femininos sejam atletas ou árbitros. Essa candidatura representava uma melhoria no valor de aproximadamente 40.000,00€ em instalações. Reunimos várias vezes com a Câmara e com os seus técnicos pois para apresentação da referida candidatura era necessário a declaração da Câmara Municipal a autorizar as obras, e apesar de até na véspera da data limite de entrega ter reunido com a Câmara não foi possível obter a referida declaração. -----

A candidatura foi reprovada pois segundo a FPF não apresentamos o processo completo, faltou declaração. -----

Após apresentarmos candidatura ficou-se a saber que foram apresentadas 3 candidaturas de Associações do Concelho do Montijo, Jardense, Olímpico do Montijo e Areias. Também se ficou a saber as duas últimas mereceram da Câmara uma proposta de apoio financeiro para compartilhar as mesmas, porquê a discriminação? -----

Naturalmente que há uma grande diferença entre aqueles que desenvolvem a sua atividade em instalações próprias e que pagam todos os custos das mesmas, e aqueles que utilizam instalações municipais e que além de não pagarem nenhuma despesa com as mesmas ainda retiram proveitos de exploração comercial das mesmas." -----

O Município Miguel Dias, no uso da palavra, disse: "O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, define as condições de acessibilidade às pessoas com necessidades especiais, nomeadamente cidadãos e cidadãs com mobilidade condicionada, a edifícios e espaços públicos ou de uso público. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H
E

Entrou em vigência no dia 8 de fevereiro de 2007. -----

No artigo 9.º regula-se as condições das instalações, edifícios, estabelecimentos e espaços circundantes já existentes. No n.º 1 é dito o seguinte, que cito: “As instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos e espaços abrangentes referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º, cujo início de construção seja anterior a 22 de agosto de 1997, são adaptados dentro de um prazo de 10 anos, contados a partir da data de início de vigência do presente decreto-lei, de modo a assegurar o cumprimento das normas técnicas constantes do anexo que o integra.” -----

No dia 23 de novembro do ano transato, numa reunião pública de câmara, inquiri sobre a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços públicos, como por exemplo o salão nobre dos Paços do Concelho ou o salão da Galeria Municipal. Na altura eu desconhecia o citado decreto-lei. Foi respondido que tal seria acautelado quando houvesse obras estruturais nos edifícios. -----

Assim, torna-se evidente que o município está a infringir a legislação em vigor. Mas, a meu ver, mais grave ainda é ver um espaço onde se fazem as reuniões públicas de órgãos municipais não possibilitar a intervenção de todos e todas, criando um vício democrático e uma barreira adicional para cidadãos e cidadãs que todos os dias já enfrentam inúmeras adversidades. -----

Sei bem que esta realidade não é exclusiva do Montijo, mas não é essa questão de momento que me interessa. Um Município que se orgulha de promover a igualdade, e bem, deve dar o exemplo também nesta matéria, contagiando os restantes e dando razão à máxima “Agir local; pensar global”. -----

Deste modo, instigo a realização de um levantamento exaustivo dos edifícios e espaços públicos, bem como dos locais de uso público, que carecem das



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alterações técnicas exigíveis na legislação em vigor e promover, ou exigir a quem de direito, a sua adaptação urgente.” -----

Munícipe Celina Figueiredo, no uso da palavra, disse: “Gostaria de neste período da intervenção do público, de apresentar uma homenagem a um amigo falecido. Coloco à vossa consideração essa possibilidade.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “O período de intervenção do público previsto no artigo 49º, nº 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, destina-se a intervenção e esclarecimento dos cidadãos que pretendam usar da palavra. Igualmente, o Regimento da assembleia Municipal do Montijo no seu artigo 33º, nº 2, assinala que este período é destinado aos cidadãos para obterem esclarecimentos. -----

A senhora munícipe Celina Figueiredo pretende hoje neste período do público prestar homenagem a Luciano Cavaco, Montijense, recentemente falecido e que era pessoa de bem, conhecido e reconhecida na nossa comunidade e também para além dela, pela sua atividade artística e participação cidadã, pelo que nada impede que a possa realizar nesta sua intervenção. -----

Admitimos, contudo, que os órgãos municipais deverão encontrar formas para quando se justifique, os cidadãos, os munícipes, possam honrar a memória e prestigiar o percurso de vida dos seus cidadãos, que publicamente merecem ser reconhecidas, em circunstâncias formais e institucionais com a solenidade adequadas.” -----

AA
7
13



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
h
g

A Múncipe Celina Figueiredo, no uso da palavra, disse: -----

“Carta para um amigo -----

Luciano: -----

Junto da planta que a tua mãe trouxe da tua casa de Lisboa, que agora está ao meu cuidado na minha casa no Montijo, recordo-te com muita saudade, recordo aquele dia em que me procuraste nos Paços do Concelho. -----

Estávamos no ano de 1993, apresentas-te e prontificaste-te a participar na Comissão de Jovens da Câmara, mostraste disponibilidade para ajudar a erguer a Casa da Juventude e levar avante muitos projetos com e para os jovens do Montijo. -----

De imediato sensibilizaste-me, pelo entusiasmo, sinceridade, através do brilho dos teus olhos e o empenho com que traçavas o futuro, que já estava a acontecer, pois reconheci que estava lançada a semente e que muitas coisas iríamos fazer em conjunto. -----

Senti que estava a falar com um jovem diferente, dos outros da mesma idade, senti que para além da alegria e do ar despreocupado, estava diante de alguém que se preocupava com os outros, que queria intervir na comunidade, que queria mandar, resolver, participar, fazer, dar largas à imaginação e ter espaço para a criatividade. -----

E assim foi, outros jovens se juntaram, e a Comissão de Jovens, foi uma realidade. -----

Fizemos tantas coisas, iniciativas de cariz, cultural, desportivo, solidário, reivindicativo. -----

Foi espaço importante para o debate de ideias, para os intercâmbios com jovens de outras organizações, de outras cidades, de outros países. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
17
E

Intervimos e criámos projetos, com as Associações de Estudantes, com os Escuteiros, com a CERCIMA, com os idosos dos nossos lares, levamos o Projeto Vida ao Estabelecimento Prisional e às Escolas, um programa de combate e prevenção à toxicodependência, fizemos os encontros da Juventude com o fado, Sidónio Pereira, Luís Pontes, Carlos Pontes e Manuel Ramalho, como residentes do programa, e como convidados novos valores de jovens fadistas que fomos descobrindo. -----

Os Intercâmbios com outras Comissões de Jovens. -----

O Corta Mato Escolar, as comemorações do Dia da Mulher em conjunto com a Escola Secundária com o professor Francisco Santos e a professora Maria Aurélia Marcelino, que consistiam em debates na escola e pinturas de morais com os alunos de artes. -----

Os passeios de barco na embarcação da Câmara, a Deolinda Maria com o Tó Zé Aranha, o acampamento na Ilha do Rato, as ações de solidariedade com o povo timorense após as atrocidades que aconteceram no Cemitério de Díli. -----

A participação nas festas Populares de S. Pedro, o Arraial e baile na Casa da Juventude, a feitura de flores de papel e decoração dos becos no Bairro dos Pescadores, o concerto na Praça da República com Dulce Pontes, os concertos no Jardim da Casa Mora com bandas jovens do Montijo, o Festival de Jovens. ----

Acordeonistas de Pegões, a Festa da Música Cigana com os residentes do Bairro da Caneira, a angariação de materiais escolares e alimentares para Angola. -----

Em tudo o que aqui relatei, estiveste sempre presente, ativo e convicto, presente de corpo e alma, promovias, criavas, e ainda contagiavas os que te rodeavam, tinhas uma imensa força no poder de trazer mais gente, para abraçar os projetos em que acreditavas e a que te dedicavas. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
H E

Cedo te reconheceram o dom artístico, aquele herdaste da tua mãe, a fadista
Manuela Cavaco do Bairro dos Pescadores. -----

A criatividade era um dom que transpunhas para as tintas, os pinceis, os tecidos,
a madeira, as flores, a escrita e o fado. -----

Partiste tão cedo, meu menino do bairro dos pescadores, tu que voaste até à
capital, com asas de sonhos, porque a tua rua, a tua terra foi pequena de mais,
para caberem essas imensas asas que abraçaste como ator, cenógrafo,
figurinista e fadista. -----

O Luciano que escolheu Lisboa, onde cuidava dos animais que encontrava nas
ruas, e lhes dava um lar, aquele que ajudava as vizinhas idosas com os sacos das
compras, aquele marchava pela Avenida da Liberdade exibindo um cartaz
contra a TROIKA, aquele que ia à Junta de Freguesia exigir o que fazia falta à
população, aquele que matou a fome e a sede aos sem abrigo, aquele que
pintou casas para os refugiados, aquele que só desejava um mundo sem
guerras, com paz, com tolerância, e irreverente e despido de preconceitos, só
queria ser feliz. -----

Desejei tanto, que um dia voltasses, que trouxesses a arte do fado e do teatro e
dinamizasses tantos projetos que um dia sonhámos. -----

Queria ver-te dar mais brilho às nossas festas, ao Carnaval, às coletividades, às
ruas, queria ouvir-te cantar o Fado do Estudante, tu que cantaste o fado, o
destino, e o teu destino afinal foi tudo o que não sonhámos. -----

Afinal até voltaste, mas não era assim que deveria ser, trocaram-nos o guião, e
o pano da cena, fechou-se na hora errada. -----

Fica a saudade um grande menino, que foi um grande artista e um montijense
ainda maior.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Esta palavra saudade
sete letras de ternura
sete letras de ansiedade
e outras tantas de aventura.

Esta palavra saudade
a mais bela e mais pura
sete letras de verdade
e outras tantas de loucura.

Sete pedras, sete cardos
sete facas e punhais
sete beijos que são nardos
sete pecados mortais.

Esta palavra saudade
dói no corpo devagar
quando a gente se levanta
fica na cama a chorar.

Esta palavra saudade
sabe a sumo de limão
tem o travo da amargura
que nasceu do coração”

AA
H
P



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
de

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, e disse: “Começo por felicitar o Futebol Clube Jardense, pela conquista desse título e dizer que é a primeira vez que há este contacto connosco, não existiu qualquer contacto da vossa parte nesse sentido. Todavia irei procurar para depois esclarecer. A atividade do Jardense, todos conhecemos, é uma atividade muito interessante e importante da nossa comunidade do Alto Estanqueiro-Jardia. Quanto à questão que refere da cedência do relvado sintético, foi todo um procedimento que tinha a ver com uma mudança do relvado e tomou aproveitamento depois do Jardense ao nível de um contrato-programa que foi celebrado entre a Câmara Municipal e o Jardense. Essa situação pelo que eu conheço, foi efetivamente desenvolvida pela Câmara Municipal e foram feitos vários transportes para que isso pudesse acontecer. Por isso, também é para nós surpresa haver aqui um envolvimento financeiro, como afirmou. Iremos perceber melhor esta questão, mas a informação que temos é que tudo isso foi desenvolvido a pensas municipais. Quanto à deslocação dos juvenis até Santiago do Cacém, a Câmara Municipal apoia todos os clubes da terra, de todas as freguesias, mas, este apoio está condicionado pelo número de autocarros que dispomos. Todavia, iremos responder-lhe. -----

Quanto ao senhor munícipe Miguel Dias, realmente o Decreto-Lei nº 162 obriga os edifícios públicos a terem acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada. Em alguns casos não é possível, como é o caso aqui na Assembleia Municipal ou até na Câmara Municipal, ter uma intervenção simples, do ponto de vista de acesso, aliás eu recorde-me que em tempos houve aqui uma cadeira elétrica, que subia as escadas e que ficou inutilizada,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
7
E

porque praticamente não foi usada, nós precisamos de mecanismos de acessibilidades permanentes, como por exemplo elevadores. Temos um projeto que prevê essa acessibilidade à Câmara Municipal e que está candidato aos fundos comunitários, Portugal 2020 e esperamos que em breves anos consigamos resolver esse problema. Para o edifício da Assembleia Municipal, a solução seria adquirir o terreno que está contíguo ao edifício (parte lateral) e que aí pudéssemos construir uma bateria de dois elevadores e assim resolveríamos o problema, ainda não chegámos a um entendimento com o proprietário, mas é uma das soluções. Mas não só estes dois edifícios, temos outros, esse levantamento está também em desenvolvimento e assim que estiver concluído, divulgaremos em reunião de câmara. Todavia, a Câmara municipal sempre que faz obras estruturantes nos edifícios, e isso é possível de verificar, adequa logo os edifícios com a acessibilidade à mobilidade reduzida, como por exemplo aconteceu no Mercado Municipal e no Pré-Escolar do Alto Estanqueiro-Jardia. Todos os projetos que são agora desenvolvidos asseguram essa componente. -----

Em relação à homenagem que a munícipe Celina Figueiredo fez, tal como já o fiz em reunião de câmara, quero partilhar mais uma vez esse sentimento.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Em relação às questões colocadas irei começar pelo Jardense, aquilo que nós constatamos é que efetivamente estamos perante uma situação inaceitável e de discriminação para com esta coletividade, vamos questionar a Câmara Municipal de o porquê da passagem da não declaração para o Jardense, conforme foi aqui dito. Solicitamos ao Jardense, caso o entendam,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature or initials in the top right corner.

documentação que tenham na vossa posse relacionado com este processo e que possa ser disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal, para que possamos de uma forma consistente colocar as questões à Câmara Municipal. É lamentável e inaceitável o que está a acontecer com esta coletividade e da nossa parte apresentamos já o nosso protesto perante esta situação. -----

Relativamente ao munícipe Miguel Dias não solicitou a opinião das bancadas, mas quero referir que o decreto-lei deve ser cumprido e a Câmara Municipal tem o dever e a obrigação de cumprir tudo o que aqui foi mencionado.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota** (PSD), no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Relativamente ao munícipe Carlos Sousa a bancada do PPD/PSD tem muita dificuldade em argumentar acerca deste assunto, porque o senhor Presidente contrariou tudo aquilo que o senhor Carlos Sousa disse e isso deixa-nos numa posição muito desconfortável. Portanto, o que nós gostaríamos que fosse feito, era que o senhor Carlos Sousa nos fornecesse mais esclarecimentos por escrito, para que nós pudéssemos questionar a Câmara Municipal por escrito e obter as suas respostas por escrito. Relativamente ao munícipe Miguel Dias é uma questão bastante velha, nós na bancada do PPD/PSD temos trazido consecutivamente por parte dos jovens da JSD, este tema da acessibilidade tem sido muito questionado, não só nestes dois edifícios mas também em todo o concelho. O senhor Presidente tem sempre o mesmo argumento, quando fizer obras estruturantes, faz as acessibilidades. Mas, o que é verdade é que em três anos, não fez obras estruturantes. Daí a justificação. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

Quanto à munícipe Celina Figueiredo a homenagem que fez, foi muito sentida, de muita saudade e partilhamos o que aqui expressou. Foi muito bonito.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico** (CDU), no uso da palavra, disse: “A bancada da CDU solicita ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, que apresente a calendarização dos trabalhos previstos para garantir as acessibilidades a todos os edifícios municipais, porque essas intervenções têm que estar previstas.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Ricardo Caçoila** (BE), no uso da palavra, disse: “Começo por felicitar os atletas e o clube pela vitória e pelos resultados obtidos. Devemos enaltecer, é um esforço dos atletas e dos dirigentes do clube, na tentativa de ir buscar bons resultados para o nosso concelho. Sobre a situação que aqui foi levantada, há aqui várias questões, não temos conhecimento do processo, está aqui em causa uma série de coisas e também há aqui uma indicação de discriminação. O senhor Presidente refere que não tem conhecimento, no entanto, da nossa parte, iremos pedir uma reunião à direção do Jardense, para poder contribuir e ajudar o clube. -----

Quanto às acessibilidades, pergunto ao senhor Presidente, há alguma calendarização para iniciar trabalhos? Os munícipes ficam sem ser atendidos? Solicito mais alguns esclarecimentos?” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: “Dado que após a intervenção do senhor Carlos Sousa, na qualidade de vice-presidente do Jardense e o senhor Presidente dizer que efetivamente a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H/R

situação não era bem assim, solicito à Mesa e aos membros da Assembleia Municipal, caso assim também o entendam, que deveríamos agendar uma reunião com a Mesa, os representantes dos grupos municipais e a direção do Jardense.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Todos os cidadãos do nosso concelho podem solicitar as reuniões que quiserem com os membros da Assembleia Municipal. Não há nada que disponha em sentido contrário. Os membros da Assembleia Municipal, enquanto autarcas têm a obrigação de ouvir as instituições, empresas e os cidadãos. Mas o impulso deve partir dos cidadãos. Portanto a sua proposta não faz muito sentido.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “A direção do Jardense é que se deslocou à Assembleia Municipal e o senhor Presidente é que disse que não era assim.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Muito bem, então à semelhança daquilo que já aconteceu, a Mesa vai promover uma reunião com os representantes e com a direção do Jardense.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Quero dizer que não há para nenhum clube desta terra, qualquer discriminação. Rejeito completamente essa palavra e contrario completamente, não aceito essa questão da parte dos senhores deputados. Nós não fazemos discriminação com nenhum clube. Obviamente, que agimos de acordo com as nossas



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
4
E

possibilidades. O apoio necessário aos clubes faz-se de forma transparente através de contrato-programa. O que disse ao senhor Carlos Sousa, eu não contrariei as suas palavras, eu disse qual era a forma que tinha acontecido, relativamente à informação que o Presidente da Câmara detém da Câmara Municipal. Ninguém contrariou ninguém. Isso é uma tentativa de interpretar as palavras do Presidente à sua maneira. E mais, o Presidente disse que iria avaliar com os serviços essa questão. -----

Quanto à questão colocada pelo deputado Ricardo Caçoila, nenhum munícipe fica por atender, porque se for o caso o Presidente vem cá abaixo ter com o munícipe. Tem sido sempre assim e isso nunca foi impedimento de atendimento.” -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Seguidamente, submeteu-se à aprovação as atas, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: -----

Ata n.º 9 de 18 de novembro de 2016

Aprovada por unanimidade. -----

Ata n.º 10 de 16 de dezembro de 2016

Aprovada por unanimidade. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
17/2

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período de intervenções e informou que a Mesa tinha um conjunto de informações a dar e deu a palavra à 2ª secretária da Mesa – Isabel Travessa. -----

INFORMAÇÃO DA MESA

I

REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“A Assembleia Municipal do Montijo, esteve representada no Aniversário da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, no dia 19 de novembro de 2016, pelo primeiro secretário Pedro Carromeu; -----

No aniversário da Sociedade Filarmónica 1º de Dezembro, no dia 1 de dezembro, igualmente pelo primeiro secretário Pedro Carromeu; -----

No aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo, no dia 29 de janeiro, pela segunda secretária Isabel Travessa, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna; -----

Na inauguração da Escola Secundária Jorge Peixinho, no dia 20 de janeiro, pela Presidente Maria Amélia Antunes, com a presença do Senhor Ministro da Educação.” -----

INFORMAÇÃO DA MESA

II

“No dia 02 de fevereiro de 2017, pelas 17 horas e 30 minutos, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Amélia Antunes, reuniu com o senhor Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo, Amável Pires.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

INFORMAÇÃO DA MESA

III

“A Comissão de Utentes do Cais do Seixalinho remeteu à Assembleia Municipal uma resolução aprovada na sua reunião de 16 de dezembro de 2016. -----
Da referida resolução foi acusada a receção do documento e foi dado conhecimento aos representantes dos grupos municipais.” -----

Seguidamente, o **1º Secretário da Mesa – Pedro Carromeu**, leu a última informação da Mesa. -----

INFORMAÇÃO DA MESA

IV

PROPOSTA Nº 1241/2016

SUBMETIDA A REUNIÃO DE CÂMARA DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE CMM E AHBVM

“Os Vereadores do PSD remeteram para a Presidente da Assembleia Municipal do Montijo, no dia 16 de dezembro, uma informação sobre a proposta nº 1241/2016, aprovada na reunião de câmara de 7 de dezembro, bem como documentação anexa à proposta – Minuta do protocolo a celebrar, o ofício remetido pela associação ao Presidente da Câmara. Mais fundamentavam a sua posição alegando que não estava em causa a atribuição do apoio mas sim o facto desta proposta carecer de ser submetida a deliberação da Assembleia Municipal. -----

Concluíram referindo que a Assembleia Municipal é o órgão competente para fiscalizar a atuação da Câmara e por isso deram conhecimento para agir em conformidade (doc. 1). -----

MA
S
E



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em 19 de dezembro de 2016 a Assembleia municipal acusa a receção dos documentos (doc. 2). Em 6 de janeiro de 2017 foi enviado, email ao Presidente da Câmara a solicitar a fundamentação legal da não sujeição da proposta a deliberação da Assembleia Municipal. -----

“Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal

Eng^o Nuno Canta

N/Ref.^o 01 – Assembleia Municipal /JB

Montijo, 06 de janeiro de 2017.

O Vereador do PSD Pedro Vieira, remeteu em 15 de dezembro de 2016 uma comunicação para conhecimento da Assembleia Municipal, em que informa, questiona e afirma que a proposta supra referida deve ser submetida a deliberação desta Assembleia Municipal. Referem os Vereadores do PSD terem questionado e apresentado durante a discussão da proposta, na referida reunião de câmara, os argumentos. Mais informam que “... os Vereadores do PSD têm a referir que não têm qualquer posição contrária ao mérito da proposta, que apoiam sem qualquer dúvida...”.

Junto com a informação vem cópia da proposta, da minuta do protocolo e do ofício remetido ao Senhor Presidente da Câmara pela AHBVM.

A proposta versa sobre o protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal do Montijo e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo, sobre “Aquisição de Ambulância para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo”.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
Antunes

Neste quadro, solicito a V. Exa a fundamentação legal da não sujeição da referida proposta, a deliberação desta Assembleia Municipal.” -----

No dia 11 de janeiro, é recebida a seguinte resposta que se passa a transcrever
“*Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal,*

Dra. Maria Amélia Antunes,

Em resposta ao mail infra, incumbe-me o Sr. Presidente da Câmara de informar o seguinte:

- 1- *Na ata n.º 26 do ano de 2016 da Câmara Municipal do Montijo, relativa à reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 07 de dezembro de 2016, devidamente publicitada no sítio oficial do Município do Montijo, a fls. 1312 e segs., encontra-se transcrita a proposta n.º 1241/2016, bem como a discussão e subsequente votação da mesma.*
- 2- *Na discussão da referida proposta, o Sr. Vereador Pedro Vieira, eleito pelo PSD, expendeu argumentos no sentido de entender que a referida proposta padecia do vício de ilegalidade.*
- 3- *De imediato foi esclarecido pelo Sr. Presidente da Câmara, que afastou a possibilidade de existência de qualquer vício, lembrando que o apoio concedido resulta do Plano de Atividades Municipal.”*

Nessa conformidade e no quadro de uma saudável relação institucional que o Sr. Presidente da Câmara muito privilegia, **solicita o esclarecimento da fundamentação legal que determina a submissão da referida proposta a deliberação da Assembleia Municipal**, sendo certo que em sede de revisão dos documentos previsionais de 2016 submetida a deliberação da Assembleia



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
de
E

Municipal, o referido apoio financeiro foi devidamente previsto, como aliás, de imediato, se esclareceu o Sr. Vereador Pedro Vieira.” (doc. 4). -----

Nesse mesmo dia, reitera-se junto do Presidente da Câmara a fundamentação legal da não sujeição da proposta a Assembleia Municipal. -----

“Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal

Engº Nuno Canta

Na posse da resposta de V. Exa, que confesso, não consigo entender, pois em nenhum momento está dito na minha solicitação que a proposta em referência deveria ser sujeita a deliberação desta Assembleia Municipal. Independentemente da posição, da interpretação que este órgão possa ter ou vir a ter, aquilo que importa que a Câmara Municipal esclareça esta Assembleia Municipal é que fundamente, informe, porque considera que a referida proposta não está sujeita a deliberação desta Assembleia Municipal e não o contrário. É aquilo que se espera “de uma saudável relação institucional” entre os órgãos municipais.

Aguardo pois, expectante, a resposta de V. Exa. Repete-se independentemente, da posição que vier ou não a ser adotada pela Assembleia Municipal.” (doc. 5)

Em 13 de janeiro de 2017, é recebida a seguinte resposta: -----

“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal

Dra. Maria Amélia Antunes,

Em cumprimento do despacho do Sr. Presidente da Câmara que versou o conteúdo do mail infra, informa-se o seguinte:

Jamais se questionou a posição que a Assembleia Municipal adotou ou virá a adotar relativamente à questão enunciada. No mail de resposta remetido



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANA
4
E

anteriormente (mail de quarta-feira, 11 de janeiro de 2017 10:26), limitámo-nos a esclarecer os termos em que haviam sido suscitadas dúvidas pelo Sr. Vereador do PSD, aquando da discussão na Câmara Municipal da proposta n.º 1241/2016 e dos esclarecimentos que, em devido tempo, lhe foram prestados.

Efetivamente a Sra. Presidente da Assembleia Municipal limitou-se a apresentar a comunicação que o Sr. Vereador do PSD dirigiu à Assembleia Municipal. Nessa conformidade, foi reafirmado o que já havia sido afirmado ao Sr. Vereador em sede de reunião do órgão executivo.

*De novo, reafirmamos que o **apoio financeiro concedido com a proposta n.º 1241/2016 à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo para aquisição de uma ambulância está previsto em sede de Plano de Atividades Municipal.** É esta a resposta à questão colocada pelos Srs. Vereadores do PSD.” (doc. 6).*

Face aos factos supra, facilmente se conclui que a fundamentação legal do Presidente da Câmara para a não sujeição da proposta à Assembleia Municipal é o apoio financeiro concedido na referida proposta estar previsto em sede de Plano de Atividades Municipal. -----

Ora, as normas legais a aplicar à matéria de facto, são as que constam da **Autorização Prévia Genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pelo órgão executivo, câmara municipal**, em conformidade com o previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da LPCA e no artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. -----

Na Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2013, foi aprovada a Autorização Genérica supra identificada com os votos a favor do PS, 14 abstenções da CDU e do PSD e dois votos contra do BE. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
L
E

A autorização aprovada refere-se aos seguintes casos: -----

- a) Que os encargos plurianuais resultem de encargos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99. 759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ou da sua contratação e o prazo de execução de três anos; -----

A autorização aprovada é dada nas seguintes condições: -----

Com respeito e pelas regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho e cumpridos os mais requisitos legais de execução de despesas; -----

Em todas as sessões ordinárias do órgão deliberativo seja presente informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

Decorre dos factos relatados que a proposta da Câmara Municipal do Montijo nº 1241/2016, submetida a reunião de câmara de 7 de dezembro de 2016 é aprovada com os votos favoráveis do PS e da CDU. -----

O assunto é a celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal do Montijo e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo, para aquisição de uma ambulância em que, a Câmara Municipal do Montijo transfere um apoio financeiro mensal no valor de 1.301,15€, durante 48 meses, ou seja, 4 anos. -----

Atentas as competências da Câmara Municipal, esta é uma competência material que caso se esgotasse no ano económico em que está previsto no Plano de Atividades e Orçamento não tem de ser submetida à Assembleia



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
[Handwritten signature]

Municipal. Mas também não tem de ser submetida desde que se contenha, esteja dentro do âmbito da referida autorização genérica Neste caso apenas será dado conhecimento à Assembleia Municipal. -----

O valor total do encargo é de 62.455,20€. Este valor encontra-se abrangido pela autorização. A aquisição de uma ambulância para os Bombeiros está prevista no Plano de Atividades de 2016, apesar do valor conhecido em tal Plano não coincida com o valor total do encargo. -----

O prazo de execução da proposta é de 4 anos, no entanto, a Assembleia Municipal fixou o prazo para a execução de compromissos plurianuais em três anos. -----

Em conclusão, face aos factos e às normas aplicáveis a referida deliberação, ou seja, a proposta nº 1241, para a celebração de protocolo entre a Câmara Municipal do Montijo e a AHBVM aprovada na câmara municipal em 7 de dezembro de 2016, deve ser submetida, com o devido respeito e salvo melhor opinião, a deliberação da Assembleia Municipal, por exceder, sem mais, o prazo fixado por este órgão. -----

A Assembleia Municipal não tem competência, nesta matéria, para tomar a iniciativa de submeter esta proposta a deliberação. Nesta fase, admite-se que o referido protocolo já esteja assinado e em vigor. Pelo que, o que se vislumbra mais adequado é a possibilidade da proposta, por iniciativa da Câmara Municipal poder ser remetida para deliberação deste órgão, Assembleia Municipal com o pedido de ratificação/sanação. -----

Por fim, sem conceder, mesmo que por hipótese possam subsistir dúvidas, a título cautelar e de prevenção, bom senso e sentido de responsabilidade, deveria a mesma proposta ser submetida para que, *“não vá o diabo tecê-las”*,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como diz o povo e os intervenientes na elaboração e aprovação da referida proposta ficarem sujeitos ao disposto no nº 1, do artigo 11º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, *“Os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores ou responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação do previsto da presente lei, incorrem em responsabilidade civil, criminal disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória, nos termos da lei em vigor”*. -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: -----
“Quero esclarecer de algum modo as questões que foram colocadas pela Mesa, na deliberação que a Mesa tomou e também como é evidente para conhecimento dos senhores deputados. -----

Senhora Presidente, senhores deputados municipais, como é do vosso conhecimento, tenho mantido o silêncio nesta Assembleia Municipal, nas matérias que dizem respeito às vossas competências, pelo respeito que esta Assembleia Municipal merece, mas sobretudo para salvaguardar as relações institucionais entre os órgãos do Município do Montijo, dito isto, e perante as afirmações que aqui foram feitas pela Mesa, parece-me necessário fazer nesta altura o enquadramento legal, bem como os procedimentos administrativos que os órgãos municipais realizaram para a aquisição de uma nova ambulância para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo, titulada pela proposta camarária 1241/2016, em cumprimento total da legislação em vigor. --
Ora, o que foi submetido a votação da Câmara Municipal com a proposta 1241/2016, representa unicamente um apoio financeiro à AHBVM - Associação Humanitária Bombeiros Voluntários do Montijo, pelo prazo de 48 meses, com a deliberação da Câmara foi assumida uma obrigação de efetuar pagamentos a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
4
E

terceiros, durante 4 anos, destinado a uma ambulância para socorro das populações. -----

A assunção de compromissos plurianuais, como é o caso, estão sujeitos, como aqui já foi dito pela Mesa, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme o disposto no nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aliás, republicada com a Lei nº 22/2015, de 17 de março. Assim, no cumprimento da lei e da legislação referida anteriormente em 25 de maio. -----

A Câmara Municipal aprovou favoravelmente a proposta 1010/2016 e em 21 de junho esta Assembleia municipal no ponto 4 da Ordem de Trabalhos da sua sessão ordinária deliberou aprovar em sede de revisão orçamental o Plano de Atividades Municipal, o projeto nº 61/A/2016, que refere “Apoio à aquisição de uma ambulância para os Bombeiros Voluntários do Montijo”, com execução prevista financeira plurianual nos anos 2016-2017-2018-2019 e 2020, 5 anos. Como é do conhecimento geral, nos termos do nº 3, do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 227/2012, de 21 de junho, na redação também republicada no Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais pode ser concedida pela Assembleia Municipal aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. Quer isto dizer, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipal. Também a DGAL no Manual de Apoio à Aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, para subsetor da Administração local esclarece, a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais pode ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, evitando-se assim a reunião casuística por parte dos órgãos deliberativos competentes. Por



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
HE

extensão, considera-se ainda que o mesmo se aplica a revisões das Grandes Opções do Plano. Portanto, ainda que estivesse em dúvida as revisões, neste manual é bem esclarecida esta questão. -----

Acresce que nos termos do nº 1, do artigo 14º das normas de execução orçamental do Orçamento Municipal de 2016, devidamente aprovados pela Câmara Municipal e pelos senhores Vereadores da Câmara Municipal e por esta Assembleia Municipal e devidamente rubricados por todos os Vereadores da Câmara Municipal e por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal, refere que consideram-se autorizados pela Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais, desde que, inscritos nas Grandes Opções do Plano, isto é, desde que inscritos no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipal. -----

Assim, a assunção prévia da plurianualidade relativo ao projeto nº 61-A/2016 – Atribuição de apoio financeiro aos Bombeiros, para aquisição de uma ambulância foi previamente já deliberada por esta Assembleia municipal em 21 de junho de 2016. -----

Sendo desnecessário sujeitar novamente o projeto nº 61-A/2016 a uma segunda deliberação da sua plurianualidade, no âmbito das normas previstas na autorização prévia genérica também citada e que foi aprovada, como todos sabemos em 29 de novembro de 2013 por este órgão deliberativo. Porque a assunção do compromisso plurianual para a aquisição de uma ambulância, já tinha sido deliberado pela Assembleia Municipal, quando aprovou a revisão orçamental e a revisão às Grandes Opções do Plano, repete-se em 21 de junho de 2016. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
P

Foi isto que informámos na reunião de câmara e é isto uma vez mais que reiteramos nesta Assembleia Municipal, perante todos os senhores deputados municipais, como aliás, é nossa obrigação. -----

Em conclusão, quando em 7 de dezembro de 2016, após autorização prévia desta Assembleia Municipal para a assunção do compromisso plurianual, relativo ao projeto nº 61-A/2016, o órgão executivo deliberou em conformidade, atribuir um apoio financeiro para a aquisição de uma ambulância, cumprindo os mais requisitos legais de execução da despesa e nada mais. -----

Isto é o que tinha para informar, relativamente à clarificação das questões levantadas pela Mesa.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Se os membros da Mesa e a Assembleia me permitirem eu vou assumir o meu lugar na bancada do PS, para explicar aquilo que é a nossa interpretação jurídica e sobre a interpretação jurídica que o senhor Presidente da Câmara aqui trouxe. -----

Muito obrigada senhor Presidente pelos esclarecimentos que aqui trouxe agora e aqui, mas com o devido respeito e salvo melhor opinião, nós não partilhamos e vamos explicar porque não partilhamos, modestamente, sem arrogância. Porque, esta interpretação que o senhor Presidente da Câmara aqui trouxe, podia ter dado na resposta à Mesa da Assembleia Municipal. Portanto, se era esta a interpretação que o senhor Presidente tinha, podia já ter sido dada. O que significa que das duas uma, ou o senhor Presidente da Câmara no dia em que respondeu à Mesa não tinha esta informação, ou se tinha, estava com “reserva mental”, não agiu com lealdade com esta Assembleia Municipal, violou



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
P

portanto um dever ético grave, que é o dever da lealdade e o respeito institucional por este órgão. -----

Mas, vamos agora à substância, de grosso modo o que o senhor Presidente da Câmara aqui nos trouxe, foi assim: Vocês aprovaram uma autorização genérica que tem determinadas condições, aprovámos uma autorização genérica expressa, colocámos este encargo no Plano de Atividades e colocámos já por 5 anos, logo a vossa deliberação expressa é revogada tacitamente por este documento. Nada mais falso, porque não há revogações tácitas, porque a autorização da Assembleia Municipal é expressa, portanto vamos ver se consigo explicar bem esta situação. -----

Todas as ações/atividades têm que estar no Plano de Atividades e tem que estar orçamentadas, porque não se podem desenvolver ações que não estejam orçamentadas, sob pena de serem ilegais. Portanto, todas as ações lá estão e esta também lá estava. Mas o que é que nós dizemos na nossa autorização genérica, os compromissos plurianuais, mesmo inscritos no Plano de Atividades, são por 3 anos, senão não valia a pena, isto é o mesmo que eu perguntar ao senhor Presidente da Câmara, nós autorizámos um valor de 99 mil euros, eu pergunto se houver uma ação que esteja no Plano de Atividades e no Orçamento, por 102 mil euros se deve ou não vir à Assembleia Municipal? Portanto, a tese que o senhor Presidente da Câmara aqui defendeu é, constando no Plano de Atividades e no Orçamento pode fazer e não precisa da autorização genérica para nada. Quando isso não é assim. É a autorização genérica que coloca ao senhor Presidente da Câmara e à Câmara Municipal o travão, quanto ao montante da despesa e quanto aos anos de plurianualidade e não o contrário. Não há aqui nenhuma revogação tácita da deliberação da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
✓

Assembleia Municipal. Esta é a minha modesta opinião. E todas as ações, todos os projetos, têm que estar no Plano de Atividades e tem que estar orçamentados e não é por esse facto, porque isto é cumulativo, ou seja, para além de estar no Plano de Atividades e para além de estar orçamentado, cumulativamente tem que perfazer os referenciais da autorização genérica da Assembleia Municipal. -----

A tese da revogação tácita da deliberação da Assembleia Municipal, decorrente do facto de estar previsto no Plano de Atividades no Orçamento, ou, mesmo também em sede de valor, não me parece, com o devido respeito e salvo melhor opinião, poder colher. Porque tudo isto, tem que estar no Plano, tudo tem que estar no Orçamento, porque não há aqui revogação tácita da autorização genérica da Assembleia Municipal. Isto é o que me oferece explicar aos senhores deputados municipais. -----

Ainda assim, não se percebe porque é que em caso de dúvida não se submete, porque aquilo que pode ocorrer é a Câmara Municipal, porque o PS governa em maioria relativa, portanto tem que ter essa consciência, é ser confrontado na próxima reunião de câmara pela oposição retirar-lhe a autorização genérica e depois tudo tem que ir à Câmara Municipal e tudo tem que ir à Assembleia Municipal. Até por aí devia de haver bom senso e sentido de responsabilidade de respeitar a Assembleia Municipal e não vir com essa arrogância.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: -----
“Quero informar os senhores deputados, e como é evidente recordar a senhora Presidente da Assembleia de algumas situações, que são importantes para compreender esta situação. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H
E

É claro que ninguém está a dizer o contrário daquilo que a senhora Presidente está a dizer. Isto é, a autorização genérica é efetivamente uma situação que a Câmara Municipal tem que recorrer, respeitando como é evidente a Assembleia municipal e essa autorização genérica, no caso de não haver plurianualidade autorizada nos documentos financeiros aprovados pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal e é isso que diz o nº 1, do artigo 14º da Execução Orçamental. Nesses casos todos, em que nós temos um valor superior a 99 mil euros, ou, um valor que ultrapasse os 3 anos de execução, a câmara Municipal tem que obrigatoriamente trazer a esta Assembleia Municipal, porque não tem expressa essa plurianualidade nas Grandes Opções do Plano. -----

Imaginemos o caso, em que há uma alteração significativa do número de anos de execução, de uma obra até prevista no Plano de Atividades e Investimentos, passou de 4 anos para 5 anos, neste caso, a câmara Municipal o que faz é trazer aqui a revisão dos instrumentos plurianuais, neste caso, o Plano de Atividades e Investimento e, a Assembleia Municipal de acordo com as normas de execução autoriza a plurianualidade. Pode também trazer uma proposta própria de autorização de plurianualidade. Portanto, não há aqui uma revogação, esta autorização genérica, mantém-se para casos particulares, agora, há uma segunda forma dos senhores deputados municipais autorizarem a plurianualidade, que é através das Grandes Opções do Plano e isso não é o Presidente que diz ou que sabe, isso é o que está na lei. É uma forma de trazermos isso aqui e foi assim que a Câmara Municipal trouxe e foi assim que a Assembleia Municipal deliberou. Esta é a outra forma que não é pela autorização genérica que nós temos, que foi feito esta autorização plurianual, vamos dar um exemplo muito claro para os senhores deputados municipais



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
H
E

conhecerem que foi muito recente. Veio a esta Assembleia uma autorização através das Grandes Opções do Plano para podermos comprar um trator para a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, por 4 anos, isto é, para lá dos 3 anos da autorização prévia genérica e desde que a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal, propôs essa compra com base nessa autorização e comprou esse trator. Mais, esse trator como é obrigatório de acordo com a lei tem que ir para visar o contrato de aquisição e foi visado. Este foi o procedimento. -----

Ao longo dos tempos, tivemos outros casos, situações de investimento previstos com plurianualidade, autorizados pela Assembleia municipal aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, permitindo efetivamente que esses casos vão até ao Tribunal de Contas e venham visados. Eu não estou contra o que a senhora Presidente disse, porque é verdade relativamente às obras que não têm plurianualidade nos documentos previsionais, mas já não é verdade aplicar essa autorização genérica às obras que estão previstas plurianualmente e autorizadas por esta Assembleia Municipal e com base no documento de execução orçamental. -----

Referir também que há um problema na lei, que diz “pode ser” e este “pode ser” tem um condicionalismo que a Câmara Municipal e a ANMP claramente onde se fala que estas normas de execução orçamental, nesta autorização plurianual pelos senhores deputados municipais, quando aprovam os documentos orçamentais para cada ano e obviamente as Grandes Opções do Plano. É assim que funciona esta situação e é assim que a legalidade deste processo está imaculado.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H B

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Eu solicitava ao senhor Presidente da Câmara, que fizesse chegar à Mesa todas as situações do seu mandato que foram aprovadas sem observância da autorização genérica e também do mandato anterior, se as houve, as que foram aprovadas sem a autorização genérica, com a maior brevidade possível. Todas as situações que a câmara Municipal deliberou, sem observar a autorização genérica e se no passado houve essas situações, que também as envie. -----

Sendo certo que a minha convicção, com toda a honestidade intelectual e com o devido respeito e salvo melhor opinião é que, não me parece que faça sentido que as assembleias municipais fixem determinados princípios, como travão às câmaras municipais e que depois vão obter pela janela, aquilo que não obtiveram pela porta. -----

Senhora deputada Fernanda Fernandes, está a falar e pelos vistos a senhora deputada também já sabe bem a situação. Pode esclarecer. -----

Portanto, não faz nenhum sentido que a Assembleia Municipal aprove um conjunto de regras que depois são completamente desviadas, pelo facto de estarem no Plano de Atividades e no Orçamento, ainda que, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, bem como as suas Revisões, sejam aprovadas pela Assembleia Municipal. Mas isso não significa que elas revoguem a autorização genérica. Mais uma vez, eu solicito ao senhor Presidente da Câmara, todas as propostas que foram à reunião de câmara e que não vieram com base nessa sua argumentação, de que a autorização genérica é ultrapassada pela via de estar inscritos no Plano e no Orçamento e nós reservamos o direito de reavaliar naturalmente e se a nossa interpretação falecer, não tem drama nenhum. Agora a nossa convicção é que a autorização genérica não se sobrepõe.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
H
E

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra: “Tentaremos enviar rapidamente esses documentos à senhora Presidente da Assembleia Municipal para que evidentemente possa fazer deles uso. -----

O que é facto, é que há dois caminhos para esta autorização prévia ou para autorização assunção de compromissos plurianuais, um é por esta via que a senhora Presidente disse e eu estou plenamente de acordo com esta situação de autorização prévia genérica no qual a Assembleia Municipal delegou na Câmara Municipal uma parte dos valores em termos temporais e essa só é aplicada quando nos Orçamentos, nos Planos Plurianuais de Investimento e também nos Planos de Atividades Municipais, porque também o existe, não está expressa a plurianualidade, isto é, no Plano de Atividades Municipal e também no Orçamento verbas que não estão expressas com plurianualidade. Agora todas as que estão, têm esta característica pelo nº 1 do artigo 14º. Isto é claro, e estamos de acordo com a senhora Presidente relativamente e esta situação e a Câmara Municipal obviamente tem que cumprir porque a competência é da Assembleia Municipal, mas relativamente às questões que estão previstas de forma plurianual elas são, como é evidente situações que não carecem de segunda autorização.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “É uma revogação da autorização, juridicamente aquilo que o senhor Presidente da Câmara está a defender, é que constando do Plano, a plurianualidade revoga a autorização que a Assembleia Municipal deu e isso, significa e repito que a Câmara Municipal está a obter pela janela aquilo que não obteve pela porta. -----
Pelos vistos, nós temos aqui muitos juristas que já perceberam isto tudo, eu



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
H. P.

modestamente mantenho a minha modesta interpretação. E até pode haver aqui um grande crânio que eu não conheça e que venha a explicar isto tudo e eu redimir-me-ei. Agora não estou convencida desta situação do ponto de vista daquilo que é o meu conhecimento e daquilo que é a minha modesta interpretação. Veremos então com o aprofundar da discussão e perante as propostas concretas se mantemos ou modificamos a nossa posição.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Sobre esta questão, eu quero dizer que lhe concedi grande parte do meu tempo para tentar perceber o que se passava. Eu com a minha modesta opinião, porque não sou jurista e sei ler e tenho alguns dados para cruzar informação. O que é que eu encontrei? Além do que consta na Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, encontrei depois, porque fui pela forma legal, que isto parece que é uma discussão jurídica, não é uma discussão política, porque na substância política parece que está toda a gente de acordo. -----

O Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e à operacionalização destes compromissos e diz no seu preâmbulo “*De forma a agilizar o processo decisório, e tendo presente as especialidades dos Municípios, permite-se que a assunção dos compromissos plurianuais seja efetuada aquando da aprovação dos planos plurianuais de investimento.*” E isto está vertido nas normas de execução orçamental de 2016, que aliás a página foi agora aqui distribuída e que foi assinada por todos os vereadores e pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. Obviamente que foi buscar aqui ao Decreto-Lei nº 127/2012, o artigo 14º que diz compromissos plurianuais. Ora,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
HE

compromissos plurianuais, eu também fui ver à lei e um compromisso plurianual independentemente da sua forma jurídica é aquele que se estende por mais do que um ano. Se não estiver a interpretar bem, digam. E então, os compromissos plurianuais, diz na execução orçamental, assinado por uma série de pessoas *“Consideram-se autorizados ela assembleia municipal a assunção de compromissos plurianuais inscritos nas Grandes Opções do Plano.”* O que está totalmente de acordo com o que tinha lido aqui. As Grandes Opções do Plano, envolve o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades, onde estão inscritas as atividades relevantes e se vier a ser assumido um compromisso plurianual de uma atividade que não está inscrita nas Grandes Opções do Plano. Porque pode haver. Então aplica-se o segundo, essa aprovação vai ser submetida àquilo que diz que são os limites que estão contidos na autorização genérica. Vi isto de boa-fé e se eu tiver alguma limitação, ela nasceu-me há pouco aqui na Assembleia Municipal, porque toda a minha vida consegui perceber tudo aquilo que está escrito. Por isso considero isto correto e considero mais uma vez que se está a fazer política de episódios.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** a ocupar o lugar de Deputada Municipal na bancada do Partido Socialista, disse: “Eu fico de facto perplexa com tanta sabedoria aqui invocada agora pela senhora deputada Fernanda Fernandes. E fico perplexa porque a deliberação da Mesa foi analisada em conferência de representantes e a senhora deputada usou de total lealdade, com os seus pares, a Mesa fez os senhores representantes dos grupos municipais intervir neste processo, explicou e disse aquilo que pensava, no final apresentou a deliberação e pelos vistos naquele momento a senhora deputada



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fernanda Fernandes, ainda não tinha a informação que hoje aqui nos transmitiu. Admitimos isso. Foi adquirir esta informação posteriormente. -----
Agora de facto, a senhora deputada tendo em conta as discussões havidas, foi de facto de uma grande lealdade para com a Mesa e para com os seus colegas da Assembleia Municipal. Era isto que eu queria deixar registado.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Eu quero aqui declarar duas coisas em resposta direta à intervenção da senhora Presidente da Mesa que merece a maior estima. -----

Primeiro, sobre a lealdade, estamos conversadas, não tenho lealdade a discutir com a senhora Presidente da Mesa. -----

Segundo, sobre a ironia já a vi utilizá-la várias vezes, portanto não é um incidente exclusivo comigo, por isso considero-me sujeita como qualquer outra pessoa. -----

Sobre o que se passou na conferência de representantes não estamos sozinhos, eu fui posta perante uma situação, fiz duas perguntas, obtive resposta, registei-as e fui estudar. Porque a minha imensa inteligência jurídica, não me dá já ter tudo sabido antes sequer do tema que se vai tratar. Mas de qualquer maneira agradeço-lhe os elogios, eles são bem mais merecidos do que pensa.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: “Eu estava na mesma reunião que estava a deputada Fernanda Fernandes e a senhora Presidente da Assembleia Municipal leu uma declaração ou seja, informou e leu uma declaração que ia enviar para todos os vereadores da Câmara Municipal e depois fez chegar a nós representantes e disse que era em



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
H
E

nome da Mesa da Assembleia Municipal e a mesma está assinada pelos três membros da Mesa da Assembleia Municipal. Na referida reunião eu levantei algumas interrogações e disse que tinha estado a ver o Orçamento e o Plano de Atividades e até disse que, o que estava lá escrito não é por quatro anos, é por cinco anos, o que está lá escrito é no ano 2016, está lá uma verba de 6.250,00€, no ano de 2017, está uma verba de 12.500,00€, ano 2018, está uma verba de 12.500,00€ no ano 2019, está uma verba de 12.500,00€, nos anos seguintes está uma verba 6.250,00€, isto dá um total de 50 mil euros e o valor da ambulância é de 62 mil euros (mais qualquer coisa). Coloquei esta dúvida e isto foi o que aconteceu. Como em relação à dúvida que tenho em relação aos três anos ou há mais de três anos. -----

Entretanto, na quarta-feira houve reunião de câmara e perante estes factos, assisti a uma intervenção do senhor Vereador Carlos Almeida, em nome da CDU que fez uma declaração sobre este facto e diga-se que na Câmara foi aprovado com os votos a favor do PS e da CDU e os votos contra do PSD, com uma declaração de voto que apresentaram, que não estava em causa a ambulância, o que estava em causa era o acordo por ser mais de três anos. -----

Perante estes factos, a seguir à intervenção do Vereador Carlos Almeida foi lida uma intervenção do senhor Presidente da Câmara a clarificar juridicamente o porquê de não vir à Assembleia Municipal e entretanto o Vereador Carlos Almeida abriu a possibilidade, porque tinha sido o PSD a levantar o problema de agendar na próxima reunião de câmara, um ponto onde isso poderia ser clarificado. -----

Em relação ao documento que foi discutido todos nós falámos disso, mas levantámos dúvidas e as nossas interrogações, mas por aquilo que eu me



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
7
19

apercebi, nenhum representante que estava presente deu o aval ao documento. O documento foi elaborado e assinado pela Mesa. Está é a verdade dos factos em relação à situação. -----

Agora em relação à reunião de câmara que houve na quarta-feira e com a declaração do Presidente da Câmara a justificar juridicamente, porque é que o processo está legal, colocou-nos outras interrogações e outras dúvidas. Perante este facto, o que a Assembleia Municipal precisa de saber e a partir do momento em que aprovou o Orçamento e o Plano de Atividades e a Revisão Orçamental, se este caso, que já deixou de ser um problema jurídico e passou a ser um problema político, e, o nome dos Bombeiros Voluntários do Montijo, já anda na praça pública.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “De facto o senhor deputado Cipriano Pisco colocou essas questões na conferência de representantes e eu respondi-lhe *“isso está previsto e até tenho aqui a Revisão Orçamental, há de facto uma divergência de valor, constatamos, mas excede o prazo de três anos que está na autorização genérica”*, esta foi a minha resposta. E como excede o prazo, nós entendemos que como foi fixado um prazo de três anos, que esta plurianualidade é de quatro anos. Portanto, mantemos a posição. Foi isso que respondemos na conferência de representantes. Existe um diploma antigo, que já foi revogado, mas que tem quatro artigos que ainda estão em vigor, que é o Decreto-Lei nº 197/99, sobre a Aquisição de Bens e Serviços, revogado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, e os artigos que ainda estão em vigor é do 16º ao 22º e aqui muito claro relativamente a isso, e diz no artigo 22º - Ano Económico *“Sem prejuízo do disposto no nº 3, a abertura de*



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida em portaria conjunta do Ministério das Finanças e do respetivo ministro, salvo quando: -----

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----*
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 20000 contos em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;” -----*

Este diploma mantém também aqui os três anos. Mas isto, carece de facto de nós dispormos da informação que o senhor Presidente nos vai fazer chegar, relativamente a todas as propostas que a Câmara Municipal aprovou em desconformidade, com esta interpretação que a Mesa faz. -----

Solicito uma vez mais, ao senhor Presidente da câmara Municipal que faça chegar à Mesa da Assembleia Municipal todas as propostas que levou a reunião de câmara em desconformidade com a interpretação da Mesa.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota** (PSD), no uso da palavra, disse: “Relativamente a este assunto e visto que os factos já foram todos levantados e como não sou jurista, vou tentar expor aquilo que a mim que parece correto e razoável. -----

A primeira questão que me assola é porque é que em caso de dúvida, o senhor Presidente da câmara Municipal não trouxe a proposta à Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Se dúvidas existem e existe mais do que uma opinião jurídica, ou seja, se as interpretações são várias, porque é que o senhor Presidente não acabou com as dúvidas e trouxe a proposta à Assembleia Municipal? -----

Segunda questão, não percebendo muito, consigo perceber que há duas interpretações diferentes dos factos, mas também consigo ver o que faz sentido que esta proposta venha à Assembleia Municipal. Mas com reservas e porquê? Porque eu gostava efetivamente de perceber o que é que prevalece em caso de plurianualidade, se é a autorização genérica ou se são as normas de execução orçamental. Ou se as normas de execução orçamental têm limite da autorização genérica e dos três anos da plurianualidade. É isto efetivamente que está em cima da mesa e é isto que tem que ser explicado à Assembleia Municipal e se não houver aqui um consenso, o que é que se vai fazer a seguir? Em caso de dúvida a Assembleia Municipal deve solicitar um parecer externo. Porque segundo o disposto nº 1, do artigo 11º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro “*Os titulares de cargos políticos, dirigentes ou responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação do previsto na presente lei, incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória, nos termos da lei em vigor.*” É isto que tem que ser explicado a todos os membros desta Assembleia Municipal.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Eu gostaria de informar os senhores deputados municipais, porque não sei se referi aos representantes, mas eu falei informalmente com o jurista da ANMP e de acordo com os dados que lhe dei, que são os dados que constam documentalmente, disse-me que em princípio a nossa interpretação seria a consentânea, porque de facto o que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
7
E

prevalece é a autorização genérica da Assembleia Municipal. Vamos aguardar para que o senhor Presidente mande todas as deliberações de câmara que não estão de acordo com a autorização genérica.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Eu concordo que já se falou muito disto, mas queria fazer uma pergunta muito simples. Eu deparei-me hoje quando folheava o jornal com um comunicado/informação do PSD, ao ler verifiquei que o teor é exatamente o teor de um email que eu recebi da senhora Presidente, no passado dia 7 de fevereiro, intitulado a Posição da Mesa da Assembleia Municipal do Montijo, alusivo à proposta nº 1241/2016 e que depois está revertido na informação da Mesa que o senhor primeiro secretário leu. -----

Confrontou-se com surpresa como eu, quando leu o jornal ou tinha dado autorização à divulgação do conteúdo?” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “ Nós remetemos para os vereadores do PSD, para o senhor Presidente da Câmara e todos os outros vereadores em simultâneo e remetemos depois para os representantes dos grupos municipais, a partir daí a Assembleia municipal não tem que dar autorização para que os destinatários façam do documento o que quiserem. Nem tenho que ser avisada.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PSD)**, no uso da palavra, disse: “O PSD não precisa de pedir autorização a ninguém, para utilizar a informação que tem e para tratar de qualquer assunto. As suas perguntas não



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H
P

são inocentes, é que a senhora tem uma inteligência que nos ultrapassa e o nosso convívio por vezes deturpa a sua ideia. Quero que fique bem explícito que o PSD não pode ficar no meio de tudo isto e ser o “patinho feio”, enquanto o PS tem estas pequenas lutas internas, que não nos dizem respeito. -----

Eu apelo ao bom senso de todos os meus companheiros desta casa, o que aqui acontece tem que começar a ter consequências e dado daquilo que ouvi, acho que é de toda a importância que este assunto não “morra” aqui e que sejam pedidos a quem de direito, pareceres jurídicos. -----

Eu tento acreditar na bondade e na destreza das informações que a Dra. Maria Amélia Antunes aqui proferiu, como nas do senhor Presidente da Câmara. Agora, eu acho que enquanto deputado, que tenho o direito de pedir e desde já solicito à senhora Presidente da Assembleia que tome as providências necessárias para que este assunto não fique unicamente dentro das paredes desta casa e que sejam pedidos pareceres jurídicos que nos possam ajudar a avaliar esta situação.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Chamo a atenção para uma curiosidade. Atendem no documento que o senhor Presidente da Câmara mandou distribuir, no final do documento escrito à mão, diz: “*Com os meus cumprimentos. Toma!*” E sabem de quem é esta letra, é da Dra. Cristina Canta. Chegámos aqui a isto. Remetem para a Assembleia Municipal este documento assim. Isto é de uma baixeza, isto é o nível que nós temos de discussão na Câmara Municipal e também a ética dos funcionários e de alguns autarcas.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
18

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Quero apenas referir uma questão e de forma séria, porque temos que avaliar relativamente ao que a senhora deputada Ana Filipa Mota referiu. Não se trouxe a proposta à Assembleia municipal, porque já cá veio. Este projeto 61-A/2016 já foi aprovado pela Assembleia Municipal a sua plurianualidade. Logo por razões óbvias não necessita de vir novamente esta proposta à Assembleia Municipal. Não há duas versões, há uma versão e que é a legal e a versão legal é, nas situações que não estão previstas na plurianualidade, isto é, que essa plurianualidade não é autorizada pelos senhores deputados, pela assembleia municipal em termos de Grandes Opções do Plano, quando não é isso, tem que cumprir a autorização genérica e vem cá, relativamente aos 99.700€, que é o tal valor que há pouco a senhora Presidente referiu relativamente ao Decreto-Lei nº 127 e também quando é acima dos 3 anos, tem que vir aqui novamente. É assim. Não veio cá, porque não tem que vir.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “É assim a versão do senhor Presidente da Câmara, nós não estamos convencidos e temos o direito de não estar convencidos. Nós não absolutizamos a interpretação das leis, portanto, o senhor Presidente da Câmara apresentou a sua tese e apresentou este documento a dizer *“Com os melhores cumprimentos. Toma!”*, o qual agradecemos.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Quero terminar este assunto, porque realmente já começa a ser recorrente. O senhor Presidente da Câmara diz com toda a certeza e com toda a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H
P

convicção que a proposta não veio e nem tem que vir e que só pratica a lei. Isto diz tudo. Portanto, os factos têm que ser verdadeiramente apurados e as consequências efetivamente tem que ser de quem as toma e é isso que nós, nesta bancada, com a atitude do senhor Presidente de menosprezar mais uma vez a Assembleia Municipal. Queremos os factos apurados.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “A interpretação que a Mesa faz, é que de facto dos compromissos estarem previstos no Plano de Atividades e no Orçamento, esse facto, não revoga só por si a autorização genérica da Assembleia Municipal. Vamos aguardar que o senhor Presidente nos remeta as propostas que estão em desconformidade com a autorização genérica.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alcídio Torres (PS)**, leu duas **Declarações Políticas**, cujos teores abaixo se transcrevem: -----

I

“Senhoras e Senhores deputados; -----

Trago hoje a esta AM um tema que, diretamente, pode não ter nada a ver com este órgão, mas, na verdade, tem muito a ver com ele, com este concelho e com este país, com as prioridades dos gastos públicos por parte do Estado português. -----

Há dias, e apenas por acaso, consultei o *site* da NATO, onde me deparei com algo curioso, um relatório referente a 2016 com a contribuição de que cada um dos 28 países membros da NATO para o orçamento desta Organização. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
7
E

E perante este relatório fiquei surpreendido e estupefacto por duas razões fundamentais: -----

A primeira foi por ver a esmagadora maioria dos órgãos de comunicação social omitir este importante documento que, como veremos, evidencia a leviandade com que o Estado português define a prioridade dos gastos públicos. -----

Em segundo lugar fiquei espantado pelo volume de verbas transferidas do Orçamento de Estado português para os cofres da NATO. -----

Ficámos a saber que Portugal transferiu, em 2016, para o orçamento da NATO 2,783 mil milhões de euros, qualquer coisa como 1,38% do PIB. Para um país que cresceu em 2016 1,3%, significa que todo o crescimento do país (e não chegou) foi diretamente parar aos cofres da NATO. Esta verba é superior ao que é transferido anualmente pela Administração Central para todos os municípios portugueses. -----

Não está em causa, neste momento, a saída de Portugal da Nato, onde está e deve permanecer até o povo português decidir se deve ou não sair. -----

O objetivo desta minha intervenção é, só e apenas, referir-me à transferência colossal de dinheiro público para os cofres da NATO. -----

O que gastamos com a NATO é o equivalente a 231.905 milhões de euros por mês. Se esta AM terminar à uma hora da manhã, significa que durante o período de quatro horas de reunião, foi transferido para a Nato 1 milhão 280 mil euros. -----

Os mais céticos dirão, mas não há nada a fazer, Portugal tem os seus compromissos internacionais e os 7,7 milhões de euros pagos por dia é em função do seu PIB. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
H
P

Vejamos se isso é verdade: Segundo os regulamentos da NATO, os países devem transferir para esta Organização uma percentagem de, pelo menos, 2% do seu PIB. -----

Segundo os dados oficiais de 2016, apenas cinco países da NATO têm um nível de despesa para esta Organização igual ou superior a 2% do PIB: São eles, os Estados Unidos, a Grécia, a Grã-Bretanha, a Estónia e a Polónia. -----

E Portugal? Portugal gasta em termos de PIB com o orçamento da NATO mais do que países desenvolvidos como o Luxemburgo, a Dinamarca, os Países Baixos, o Canadá, a Bélgica, a Espanha, a Itália e, imagine-se, gastamos mais que a própria Alemanha. -----

O mais grave ainda é que, ao contrário de Portugal, há países mais desenvolvidos do que o nosso, como a Bélgica, o Luxemburgo, o Canadá e a Espanha, que gastam menos que 1% do seu PIB com a NATO, enquanto nós gastamos 1,38%. -----

E Portugal não era obrigado a gastar em função do PIB mais do que gastam 15 dos 28 membros da NATO. Não é por acaso que este esforço financeiro de Portugal já foi elogiado pela Administração Trump, que vê nele um exemplo que deve ser seguido por países desenvolvidos. -----

E não é razão para menos: Portugal gasta mais com o orçamento da Nato do que com os Ministérios da agricultura, Florestas e desenvolvimento rural; com o Ministério do MAR e com o Ministério da Economia, em conjunto. Um verdadeiro escândalo. -----

Os mais céticos e ingénuos poderão argumentar, mas isso são os custos da segurança, da defesa da liberdade, do combate ao terrorismo. **Será mesmo?** ----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
H
P

Vamos ver, através de 3 casos concretos de intervenção da NATO (Iraque, Líbia e Afeganistão), se essa é mesmo a realidade ou, se pelo contrário, não é mais que uma mera perceção da mesma. -----

Antes da invasão por parte dos EUA e da NATO, o Iraque era considerado pela ONU um país desenvolvido, sem equivalência no mundo Árabe. Tinha boas infraestruturas e uma classe média com um nível de vida elevado. A educação era gratuita e o analfabetismo tinha sido praticamente erradicado. -----

Depois da invasão, feita em nome da existência de armas de destruição maciça, que se provou não existirem, o Iraque é hoje um país desmembrado sem infraestruturas, nem Educação, nem saúde nem segurança. Conta com 4 milhões de refugiados, 2 milhões de mortes e milhares de violações de mulheres e crianças. -----

O balanço no Afeganistão não é muito melhor depois da intervenção dos EUA e da NATO. O Alto-Comissário das Nações Unidas para os direitos do Homem, Navi Pillay, constata: "Os talibãs já não estão no poder no Afeganistão, mas a situação dos direitos do Homem piorou, em particular o das mulheres. Estas estão sujeitas a uma lei que as proíbe de trabalhar ou estudar. Os chefes de guerra substituíram os talibãs, mas adotaram as mesmas políticas em relação às mulheres". Cerca de 450 mil refugiados foram obrigados a sair do país. -----

A desculpa para intervir na Líbia foi a mesma utilizada para outras invasões: libertar as populações de tiranos sem escrúpulos, proteger as crianças, libertar as mulheres, combater o terrorismo. -----

Senhoras e Senhores deputados; -----

Passados 15 anos sobre a intervenção da NATO no Afeganistão, 13 sobre a intervenção no Iraque, e seis sobre a intervenção na Líbia, qual a situação



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destes países e das suas populações? As guerras civis proliferaram, o terrorismo ganhou terreno, as populações estão piores. -----

Os contribuintes dos países membros da Nato são triplamente penalizados com estas intervenções. Por um lado pagam e muito para o orçamento da Nato, por outro pagam para ajudar a reconstruir os países destruídos pelas intervenções da NATO e por fim pagam para acolher e integrar os refugiados dos países invadidos. -----

Um autêntico escândalo silenciado pelos governos e pelos media ocidentais.” ---

II

“Senhoras e Senhores deputados; -----

As autarquias ao longo dos seus 40 anos de história e de gestão democrática cumpriram um papel fundamental ao nível de abastecimento de água e da construção das principais infraestruturas básicas de saneamento e outras. -----

As autarquias locais assumiram posteriormente novas competências em matéria de habitação, educação, na área social, no desporto, na cultura, na qualificação do espaço público. -----

Há, no entanto, uma área – o tecido empresarial – e responsável por uma parte importante da receita municipal, que os municípios por incapacidade, subestimação ou por insensibilidade não foram capazes de dar a devida importância. -----

A inexistência de um conhecimento aprofundado sobre a saúde económica e financeira das empresas por parte dos municípios é paradigmática. -----

E por que razão é importante este conhecimento? -----

Ultimamente, alguns estudos económicos internacionais têm vindo a estuar os efeitos económicos da proliferação de companhias ou empresas “zombie”



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

(empresas cujas receitas regulares cobrem, no máximo, as suas despesas com os juros). Os “zombi” são, à semelhança do que é definido nos livros e na cultura popular, cadáveres reanimados, mortos-vivos sem vontade própria. -----

As “zombie” são empresas, para parafrasear Carney, governador do Banco de Inglaterra, que “dependem da bondade dos seus credores”. -----

Investigadores da OCDE são perentórios ao considerarem que estas empresas “zombi” absorvem uma parte assustadoramente grande da economia. -----

Em nove países estudados por estes investigadores a participação do stok de capital privado “afundadas” em empresas “Zombi” oscila entre 5 e 20%. -----

Segundo uma investigação do Adam Smith Institute, favorável ao mercado livre, existem no Reino Unido 108 mil das chamadas empresas “zombi”. Estas empresas são apenas capazes de cobrir os juros da dívida, o que impede o início de qualquer processo de reestruturação. -----

E em Portugal quantas empresas “Zombi” existem? Ninguém Sabe. E no Montijo? Também não! -----

Mas, segundo estes estudos já citados, há atualmente milhares de PME fortemente endividadas e que mal conseguem manter a cabeça à tona de água, apesar das baixas taxas dos juros atuais. -----

Estas empresas representam, por um lado, taxas de lucro demasiado baixas e juros da dívida demasiado altos. -----

Na verdade, as receitas municipais provenientes do IRC, IMI, derrama, Imposto de Selo não existiam também sem as empresas. -----

Perante o descrito, algumas perguntas podem e devem ser feitas aos órgãos do município do Montijo. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por ex, qual o conhecimento que os municípios em geral e o de Montijo, em particular, têm sobre a saúde económica e financeira das empresas dos seus concelhos? -----

Será este um problema secundário ou, pelo contrário, é um problema chave que tem a ver com a sustentabilidade financeira, atual e futura, dos municípios? -----

Devem as autarquias serem alheias a esta realidade? Devem ignorá-la? Devem deixar o capitalismo funcionar normalmente e encarar naturalmente o princípio de as empresas “zombi” desaparecerem para outras novas nascerem? Numa palavra, e parafraseando Gramsci, devemos esperar enquanto o velho morre e o novo não acaba de nascer? -----

A verdade é só uma. Durante muitos anos as autarquias viverem e ainda hoje vivem das receitas de milhares de empresas, algumas delas quase “zombi”. -----

Agora, que muitas empresas são atingidas pelos ventos da crise, não é admissível e até justo as autarquias preocuparem-se por conhecer a situação económica e financeira das suas empresas? -----

Por Cada empresa que desaparece no Montijo não são só as famílias que ficam mais pobres, é também o concelho e as próprias finanças locais. -----

Só conhecendo a realidade global é possível ajudar a salvar o que for possível salvar. -----

Sabemos que as autarquias não têm competências para intervir diretamente nesta área, mas também sabemos que é sua obrigação fazer muito mais pela diplomacia económica, pelo planeamento estratégico, preocupando-se especialmente com os problemas do emprego e do combate às desigualdades sociais. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

Nesta reunião ordinária da AM podia fazer propostas no sentido de ser consequente com a análise que aqui faço. -----

No entanto, devido ao tempo de vida desta AM qualquer proposta que fizesse corria o risco de ir parar ao caixote do lixo da história. -----

Assim sendo, fico-me apenas pela análise e pelo alerta, que podem, no futuro, ter ou não algum seguimento.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

PELO PAÍS, PELA REGIÃO, PELO MONTIJO

CONSTRUÇÃO DE UM NOVO AEROPORTO NO CAMPO DE TIRO, CONCELHO DE BENAVENTE E MONTIJO, NA FREGUESIA DE CANHA

A construção de um novo aeroporto internacional tem, pelo menos, duas décadas de discussão. -----

O aeroporto da Portela, agora denominado Aeroporto Humberto Delgado, com mais de vinte e dois milhões de passageiros em 2016, está próximo de atingir a capacidade limite das atuais instalações. -----

Face a essa situação já previsível, que levou à feitura de estudos aos seus mais variados níveis e a amplos debates donde resultou que o Governo do PS, em funções em 2007, consagrasse a solução da construção de um novo aeroporto internacional, nos terrenos públicos do denominado Campo de Tiro de Alcochete, localizado no concelho Benavente e do Montijo, com a saliência que 60% da área da construção é no concelho do Montijo, freguesia de Canha. -----

Esta solução que melhor serve os interesses nacionais, regionais e do concelho do Montijo, que mereceu largo consenso nacional, e no concelho do Montijo



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H E

por unanimidade, conforme confirmam as atas e as posições públicas das forças políticas representadas nos órgãos autárquicos e, nomeadamente, na Assembleia Municipal. -----

A opção Campo de tiro, sustentada num vasto conjunto de estudos aos mais variados níveis demonstra, de forma clara e inequívoca, que é a solução necessária e que melhor serve os interesses do país. -----

O novo aeroporto internacional é uma infraestrutura de importância vital para o país, com grande impacto no desenvolvimento da região e do nosso concelho onde será localizado. -----

É um elemento estratégico do país, da região e do nosso concelho, tanto mais que convergem com outros anunciados investimentos estruturantes: -----

Plataforma logística do Poceirão; -----

Terceira travessia do Tejo; -----

Alta velocidade ferroviária. -----

O investimento do novo aeroporto internacional executado de forma faseada, em sintonia com outros investimentos anunciados para a região, é necessário para o crescimento, desenvolvimento e retoma económica do país, com grandes impactos na região e no concelho do Montijo, possibilitando melhor aproveitamento das suas potencialidades, tornando-se no mais importante nó logístico e de transportes do país, fomentando o crescimento dos portos de Lisboa, de Setúbal e Sines, criando condições para a reindustrialização da região e a captação de investimentos. -----

A construção do novo aeroporto no Campo de Tiro potencia soluções para a grave situação existente no nosso concelho, nos transportes públicos rodoviários e fluviais, criando condições para uma verdadeira mobilidade



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
[Handwritten signature]

interconcelhos, interfreguesias e a Lisboa. -----

Por tudo isto, defendemos a construção do novo aeroporto no Campo de Tiro, porque queremos MAIS E MELHOR PARA O PAÍS, MAIS E MELHOR PARA A REGIÃO, MAIS E MELHOR PARA O MONTIJO. -----

Acresce salientar que fruto da política de desastre nacional de que é expoente máximo o anterior governo do PSD/CDS, que nesse período negro e de má memória privatizou a TAP e a ANA, empresa essa responsável pela gestão dos aeroportos nacionais, mas hoje na posse da VINCI AIRPORTS, empresa francesa, através de uma concessão por cinquenta anos. -----

Todavia o contrato de concessão consagra a construção de um novo aeroporto, quando atingido o movimento na Portela de 22 milhões de passageiros. -----

A quem interessa que a empresa francesa VINCI AIRPORTS não assuma as suas obrigações contratuais? -----

Aos interesses do país, da região e do concelho do Montijo, não são certamente! -----

Estão sempre do lado certo da história aqueles que defendem os interesses do país, da região e do concelho do Montijo. -----

A construção na Base Aérea nº 6 só beneficia a VINCI AIRPORTS. -----

Não é um novo aeroporto mas sim um terminal da Portela, só com duração até 2050, para além de não serem conhecidos estudos de impacto ambiental como terminal comercial de alta intensidade de tráfego aéreo. -----

Por isso reafirmamos, e do lado certo da história, que defendemos por MAIS E MELHOR PARA O PAÍS, POR MAIS E MELHOR PARA A REGIÃO, POR MAIS E MELHOR PARA O MONTIJO, a construção do novo aeroporto internacional no Campo de Tiro, localizado no concelho de Benavente e do Montijo.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H
E

Seguidamente, e ainda no uso da palavra, o senhor **Deputado Municipal - Avelino Antunes**, colocou ao executivo Municipal, as seguintes questões: -----

“Senhor Presidente, o senhor munícipe Francisco Balseiro Rebelo colocou na Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2016, o problema que se arrasta há mais de dez anos na Estrada Nacional 11, junto ao restaurante Caravela e que é a reposição das pedras da calçada, que foram levantadas devido à abertura de valas para colocação de esgotos e coletores. Pergunto novamente, porque nada fez ao contrário do que prometeu? Para quando a resolução desta situação? ----

Na Assembleia Municipal de 18 de novembro de 2016, referiu o senhor Presidente, sobre a afetação de mais um trabalhador para o apoio à atividade da assembleia municipal. Senhor Presidente, quando não temos resposta justifica-se o porquê. A resposta que nos deu não é aceitável, porque tem por base a falta de funcionários para resolver a situação. Senhor Presidente a desculpa da falta de funcionários é para esconder a falta de vontade política de uma necessidade que a Assembleia Municipal tem e que está prevista na lei. Senhor Presidente, vai ou não disponibilizar mais um funcionário para o apoio à assembleia municipal? -----

Ainda na Assembleia Municipal de 18 de novembro de 2016, sobre a fatura da água de um pequeno comércio situado na Avenida João de Deus, com o preço exorbitante, comparativamente a outros estabelecimentos ali situados, disse V. Exa que a diferença de 50% tem a ver com o consumo. Mas neste caso, trata-se apenas de 1m³ de água. A questão que coloco, é o que é que o senhor Presidente fez? Ficou de indagar os serviços para saber o que se estava a passar. Já tem mais alguma informação sobre esta situação? -----

O reservatório situado na Rua da Aldeia Velha está em mau estado de corrosão.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

Que por proposta da CDU a Assembleia Municipal do Montijo aprovou por unanimidade, uma recomendação para medidas urgentes. Pergunto senhor Presidente, porque nada ainda foi feito e para quando a sua intervenção? -----

Senhor Presidente, tendo presente um artigo de opinião transcrito no órgão de comunicação social "Diário da Região" e não estando de forma alguma em causa qualquer consideração à cidadã montijense, que utilizou o artigo de opinião e naturalmente o seu direito à liberdade, mas, dado o facto de se tratar de uma pessoa que ocupa um cargo de confiança política de Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal do Montijo, e, pelo que é transcrito no referido artigo de opinião que passo a citar "*Agora que o Município na gestão Socialista tem as contas em dia, reduz endividamento, tem um prazo de pagamento a fornecedores de 6 dias, esta questão já não interessa nada...*"

Leva-nos a colocar a seguinte questão: Antes desta gestão Socialista, atual na Câmara Municipal, as contas não estavam em dia? -----

Outra questão que queria colocar e também para reflexão de todos nós, o senhor Presidente da Câmara ao longo dos tempos tem vindo de facto com uma situação de vitimização perante aquilo que o senhor Presidente diz, que é a atitude da oposição que tenta por todos os meios dificultar. Senhor Presidente, é a afronta àqueles que lhe deram de facto uma delegação de competências, desta forma "*O senhor Presidente fala de barriga cheia*", veja o que se passa por exemplo no município de gestão PS em minoria em Vila Franca de Xira, que não tem essa delegação de competências. O senhor devia de respeitar mais essa oposição, que lhe permite ter meios de resolver um conjunto de problemas, porque o que o senhor Presidente diz constantemente, é que a oposição lhe bloqueia. É evidente que lhe demos essa competência para o bem do poder



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
HP

local, para bem dos interesses da população. Agora, o que o senhor Presidente faz, é a afronta constante àqueles que lhe bloqueiam dando-lhe de facto uma delegação de competências para que o senhor durante o prazo de três anos e até 90 mil euros, não precise de vir a esta Assembleia Municipal. Assim, deste ponto de vista não é aceitável, quando o senhor Presidente se dirige à Assembleia Municipal desta forma. -----

Relativamente ao aeroporto, o senhor Presidente disse na televisão e também no jornal Expresso, que defende a localização no Montijo e que é o ideal para o novo aeroporto e disse *“Temos estudos que comprovam que esta localização permite sustentar a capacidade aeroportuária”*. Através da Mesa da Assembleia Municipal, solicitamos ao senhor Presidente que nos dê conhecimento desses estudos. -----

Também através da Mesa da Assembleia municipal, respondeu a uma questão por nós colocada, sobre a adoção dos canídeos (cães) e recebi de facto um documento que foi dirigido através da Mesa e que diz o seguinte *“Incumbe-me o Sr. Presidente da Câmara de, em resposta ao email infra e ao pedido de informação nele contido, informar V. Exa. que, contactado o Gabinete de Sanidade Pecuária Municipal e o Sr. Veterinário Municipal responsável, foi esclarecido o seguinte:* -----

*Os citados serviços municipais solicitam que seja especificado o **período temporal das adoções** cuja informação se pretende. Esclareceram que possuem informação que enviam mensalmente à Direção Geral de Alimentação e Veterinária, da qual constam também outros movimentos dos canídeos do concelho de Montijo, que podem facultar, em formato digital (pdf);* -----

Os mesmos serviços esclareceram ainda que as “fichas de adoção” são



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
21
B

documentos que contêm dados pessoais dos particulares, pelo que se encontram sujeitas a proteção de dados, não devendo ser divulgadas, encontrando-se disponíveis para consulta pelo Sr. Deputado Municipal, Avelino Antunes, no referido Gabinete de Sanidade Pecuária Municipal.” -----

Senhor Presidente, o que pretendo é o ano 2016 e esta Assembleia Municipal tem o direito de saber é quem fez a adoção dos animais, são questões diferentes. De facto, fiquei perplexo com esta resposta, que não tenho nada a haver com a vida particular de quem adotou os animais. Apenas o que pretendo, é saber quem adotou os animais. Estamos a falar de coisas diferentes. Estamos a falar de canídeos, de uma percentagem que creio que não há aqui à volta do Município do Montijo, nem a nível nacional, percentagens dessas formas, há outras questões que se colocam. Repito, nós não queremos dados pessoais, queremos saber apenas quem adotou. -----

Relativamente a duas atas da Câmara Municipal aprovadas em 2011, coloco a seguinte questão e tendo presente a ata nº 20 de 2 de novembro de 2011, para compreendermos o que foi dito e para depois questionar o senhor Presidente em relação à posição que tem hoje, passo a citar um excerto da ata “É certo que não devemos ter dogmas quanto à localização do aeroporto, mas não podemos ignorar que a sua localização no Campo de Tiro de Alcochete resulta de um intenso debate na sociedade portuguesa, de um elevado investimento em estudos técnicos, de um profundo trabalho diplomático junto das instâncias europeias e de compromissos comunitários do Estado Português. Mais, o Partido Social Democrata parece ter esquecido a situação económica e financeira do país e da União Europeia, bem como, do discurso político que utilizou contra as grandes obras públicas do país. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

Vamos lá falar a sério, existe um local definido e estudado para a localização do novo Aeroporto Internacional de Lisboa, aceite pela União Europeia. Agora o Partido Social Democrata defende a necessidade de considerar novas localizações para a infraestrutura, com o velho argumento de gastar menos dinheiro. Mas esta proposta é uma falácia, todos sabemos que a construção de um novo aeroporto, qualquer que seja a localização exige um elevado investimento financeiro. Portanto, das duas uma, ou o Partido Social Democrata apoia a construção de um novo aeroporto e utiliza a localização definida, ou o Partido Social Democrata abandona, como o fez, a construção do mesmo. -----
Perante as dificuldades do país, não é intelectualmente honesto procurar baralhar as pessoas, propondo novas localizações para o aeroporto. Quer dizer, num tempo em que o governo do Partido Social Democrata apresenta uma proposta de orçamento para empobrecer os montijenses, o Partido Social Democrata do Montijo, acha credível gastar o dinheiro de todos nós numa ilusão. Deixemo-nos de brincar com coisas sérias, deixemo-nos de demagogia, deixemo-nos de enganar os montijenses. *O Vereador Nuno Canta.* -----
Não sei se houve algum terramoto em relação à Base Aérea nº 6, esta era a sua intervenção neste dia. Relativamente à ata nº 21 de 16 de novembro de 2011 o senhor também dizia o seguinte: *“Todos nós sabemos que o Partido Social Democrata esteve contra a obra do aeroporto e contra a obra do TGV. -----
O que está em causa neste sentido, é que não tendo um argumento de sustentação por um novo aeroporto veio o senhor vereador aqui colocar à Câmara Municipal de Montijo a possibilidade de defender para a Base Aérea. ----*



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
P

Isto não faz sentido porque temos compromissos comunitários previstos para aquele sítio e os compromissos comunitários não se resumem só a compromissos financeiros. -----

São precisos estudos ambientais profundos, o novo aeroporto na zona que está prevista fazer-se tem hoje já uma área delimitada ao nível europeu do planeamento europeu que respeitou um conjunto de regras ao nível do ordenamento ambiental do país, até com grande dificuldade de ser aprovado, pela proximidade que tem com a Reserva Natural do Estuário do Tejo. -----

Localizar um aeroporto comercial, num determinado local não é fácil. Por exemplo a Base Aérea nº 6 não pode operar no ponto de vista comercial ao mesmo tempo que a Portela porque as rotas coincidem umas com as outras. ----

O que é sério é, defender o local onde, pode e deve ser feito. Pode ser Portela + 1 que pode ser o aeroporto de Beja, já está lá feito à espera que se utilize para o low-cost, estão as infraestruturas feitas que pagámos com participação nossa e europeia. Se enveredarmos por experimentalismos será uma situação que ficará para sempre e nunca mais será resolvida a questão estratégica e de planeamento e de ordenamento. O senhor Vereador Nuno Canta” -----

A questão que agora lhe coloco é esta, tendo em conta a questão do interesse público, então hoje de acordo com o contrato que existe com a ANA após a sua famigerada privatização todos nós sabemos que existe, que a empresa VINCI, que tem que construir o novo aeroporto e não um terminal, para que daqui a 40 anos, então nesta altura já se pode ir gastar o dinheiro público, depois de estes senhores terem ficado com o lucro? Isto é que é defender? Que interesse? O Montijo não pode ser um ponto de partida, tem é que ser um ponto de chegada. Isto é bom recordar. Portanto senhor Presidente, de facto sobre esta



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
d
E

matéria, eu diria que não foi uma “cambalhota”, o senhor deu mesmo um “salto mortal”. De facto com isto vê-se quem fica no lado da história.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Ricardo Caçoila** (BE), no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O Governo da República Portuguesa decidiu após dezenas de anos de estudos, opiniões, propostas e contra propostas instalar uma unidade aeroportuária no Montijo, mais propriamente na Base Aérea nº 6. -----

Esta decisão vem na continuação de várias outras decisões tomadas por anteriores governos acerca da instalação de um aeroporto que apoiasse ou substitui-se o aeroporto da Portela, designado atualmente de Aeroporto Humberto Delgado. -----

Vários foram os estudos realizados para as anteriores propostas Rio Frio, Ota, Alcochete, Sintra, Alverca, Montijo. Estudos económicos, sociais, ambientais onde foram gastos muitos milhões de euros. -----

Segundo o atual Ministro da Defesa, Azeredo Lopes, a preocupação do Ministério da Defesa é “salvaguardar a operação da Força Aérea Portuguesa, sendo que a BA6 é agora “objeto de estudo mais aprofundado”. Segundo o Ministro da Defesa “ainda há muito por resolver, os estudos de impacto ambiental não estão concluídos. Torna-se necessário estudar as implicações do uso civil do espaço a curto, médio e longo prazo, assim como as obras de adaptação, que terão que durar alguns anos. O Ministro salientou o “interesse público” do uso civil e militar da infraestrutura. -----

O Ministro das Infraestruturas Pedro Marques afirma que a tomada de decisão só poderá ocorrer no final do próximo ano, depois da VINCI, concessionária do



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

aeroporto Humberto Delgado, realizar “um conjunto de estudos de impacto ambiental, de movimento das aves, etc”. Isto significa que a ANA irá começar já em 2017 os estudos para a construção de um novo aeroporto. -----

Perante estas interrogações, duvidas e incertezas de vários membros do atual Governo da instalação de uma infraestrutura aeroportuária civil na Base Aérea nº 6 no Montijo, o Bloco de Esquerda, apoia a decisão de instalação de um aeroporto no Concelho do Montijo, mas reserva a sua decisão de aprovar ou reprovar esta decisão na altura em que os estudos económicos, sociais e de impacto ambiental forem divulgados.” -----

O senhor **Deputado Municipal – João Figueiredo (PSD)**, no uso da palavra, disse: “O meu desabafo é, ainda bem que existe para a democracia portuguesa o PSD, para efetivamente repor aqui a verdade dos factos, não só para os montijenses, mas também para todos os portugueses. -----

Assim, gostaria de iniciar a minha intervenção com uma nota positiva, por finalmente ter sido assinado o memorando relativo à nova solução aeroportuária para a região de Lisboa, confirmando a decisão do anterior Governo PSD/CDS, estabelecendo no Montijo como a alternativa complementar ao atual Aeroporto de Lisboa. -----

Praticamente passados 20 anos desde a inauguração da Ponte Vasco da Gama, o Montijo volta a ser o local escolhido para mais um investimento estratégico nacional no setor dos transportes e infraestruturas. Como montijense, Engenheiro Civil especialista em Transportes, como imaginário é bastante elevada a minha satisfação pela decisão tomada. Sobretudo por ser a solução que melhor defende os interesses nacionais da boa gestão dos dinheiros



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ALA
47 E

públicos, mas também porque em termos regionais será um investimento com elevado valor acrescentado para a Península de Setúbal, criando milhares de postos de trabalho (com impacto muito superior ao que foi por exemplo, a construção AutoEuropa). Mas também porque para o Montijo será a derradeira e ultima oportunidade de nos tornarmos uma grande cidade nacional, polo gerador de novos investimentos empresariais, dotada de novas infraestruturas e transportes, invertendo a situação de declínio económico e social, que fez com que a nossa cidade se tornasse pouco mais do que um dormitório da cidade de Lisboa. -----

Note-se que ao longo destes 20 anos, a nossa cidade foi sempre gerida pelas políticas do Partido Socialista, ou melhor pela falta de políticas estratégicas de desenvolvimento do Partido Socialista, que levaram a que o Montijo se caracterize por uma malha urbana envelhecida, degradada, sem atração de investimento e geração de emprego, com antigas zonas industriais profundamente obsoletas e na maioria completamente abandonadas, enquanto em redor cresceu uma manta de retalho de novas urbanizações sem qualquer ligação económica e social ao antigo centro da cidade. -----

Mas voltando ao assunto do aeroporto, parece-nos da mais elementar justiça relembrar que foi o anterior Governo PSD/CDS, que acabou com uma novela de 60 anos de estudos e mais estudos de soluções que inviabilizavam o aproveitamento do aeroporto da Portela, em que teve o seu episódio mais caricato nas decisões megalómanas de José Sócrates, e que iriam custar vários milhões de euros aos portugueses. É no mandato do anterior Governo, que se encontra uma solução que rentabiliza dois aeroportos existentes (um civil e outro militar), que rentabiliza uma Ponte sobre o Tejo já existente, e rentabiliza



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

ainda um Terminal Fluvial igualmente existente. Em que as estimativas globais de investimento desta nova solução aeroportuária, se cifram em valores equivalentes ao que Portugal iria pagar pelos juros da dívida de 1 ano de endividamento para financiar o NAL e os seus acessos. -----

No PSD, muito nos contentamos por neste caso, o PS ter aprendido a lição e não voltar ao despesismo de dinheiros públicos, que caracterizou os anteriores governos que liderou. -----

No entanto, o que a bancada do PSD não consegue entender é o atraso de ano e meio para uma tomada de decisão que já estava estudada e era conhecida. Em que só agora, há a assinatura de um memorando, que finalmente permite a ANA iniciar os estudos e projetos que levarão à construção do aeroporto no Montijo. -----

A própria ANA publicamente, quer em declarações à comunicação social, quer em conferências que o PSD organizou no Montijo, referiu inúmeras vezes que apenas aguardava a concordância do Governo para o avançar da solução Montijo. -----

Põe-se então a pergunta: Mas afinal o que este Governo andou a fazer durante o ultimo ano e meio que tivesse justificado este atraso, e que novas conclusões existiram sobre este processo, que tenham acrescentado alguma novidade ao que conhecíamos anteriormente? -----

Numa tentativa de encontrar a resposta, fui ao *site* do Ministério das Infraestruturas, na esperança de encontrar esses famosos estudos detentores de novas conclusões. Mas o único documento que encontro, e aqui vos trago é uma lista de 17 perguntas e respostas para justificar a tomada de decisão. -----

Ao ler o documento, encontro finalmente a 6ª pergunta "*E quais são, então, as*



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
P

vantagens da Base Aérea do Montijo?", espero que satisfaça a minha curiosidade ... mas não pura desilusão... senão vejamos... O Governo diz que há sete razões fundamentais para a opção pelo Montijo, vamos lá então saber quais são: -----

1. ***permite uma utilização simultânea com a pista principal do AHD*** (não é novidade, em conferências organizadas pelo PSD no Montijo em 2013 e 2015 todos os especialistas o mencionaram); -----
2. ***permite duplicar a capacidade atual, para 72 movimentos por hora e 50 milhões de passageiros por ano*** (também não é novidade, eu próprio várias vezes nesta Assembleia Municipal falei destes números, constando certamente em atas); -----
3. ***a utilização civil é compatível com o uso militar, garantindo a operacionalidade da Força Aérea na região de Lisboa*** (também já o sabíamos, como vem expresso na alínea F) do anterior memorando); -----
4. ***é uma solução com um custo mais reduzido*** (como é óbvio); -----
5. ***é de execução bastante mais rápida (previsão de abertura: 2021)*** (até podia ser mais rápida senão se perdesse ano e meio em vão); -----
6. ***tem um tempo de vida de várias décadas*** (como sempre referimos resolvia a necessidade de um novo aeroporto pelo menos até 2050); -----
7. ***tem boa acessibilidade a Lisboa*** (ora que grande novidade). -----

Devem ter ficado estupefactos, com as enormes novidades técnicas ou de gestão que este ano e meio de estudos produziram, não ficaram? -----

A realidade é que se perdeu um ano e meio, e que neste momento já podiam estar concluídos os Estudos Ambientais, que apenas agora se irão iniciar. -----

E senhor Presidente, sei bem do que falo, do calvário que é obter as



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
P

autorizações ambientais para infraestruturas desta dimensão. Entre a elaboração do Estudo de Impacte Ambiental, submissão à Agencia Portuguesa do Ambiente para emissão da respetiva Declaração de Interesse de Impacte Ambiental, que por sua vez caso aprove, elencará um conjunto de medidas de minimização dos impactos ambientais que terão de ser objeto de projeto e garantida da sua execução na fase de obra, há pelo menos ano e meio pela frente com o processo ambiental. -----

Olhe pelo menos, neste momento já podíamos ter concluído os estudos dos pássaros que o Primeiro-ministro disse na Assembleia da República ser o maior condicionalismo para o avançar do processo. -----

Agora estupefacto fiquei eu, por o senhor Presidente da Câmara não ter assinado um memorando há ano e meio, por alegadamente nada definir sobre as infraestruturas a dotar a cidade do Montijo, nomeadamente o seu badalado Caderno de Encargos que entregou há cerca de dois anos à ANA. Senhor Presidente, tenho pena que a badalação do seu Caderno de Encargos tenha sido feita apenas por si, porque nestes últimos dias não vemos qualquer notícia sobre o mesmo. Inclusive, não conhecemos um compromisso assumido pelo atual Governo ou pela ANA, relativamente ao documento elaborado pela Câmara Municipal de Montijo. -----

Então senhor Presidente, o que difere a atual situação da anterior, para na altura ter bloqueado o processo e desta agora dar a cara em tudo o que são órgãos de comunicação social. -----

Eu espero, que não seja apenas uma questão de tática de política partidária, em que agora a única coisa que se altera é o partido do Governo ser o seu. Além de que, estamos em ano de eleições autárquicas, em que o ritmo de governantes a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desfilar em cerimónias públicas no Montijo está à vista de todos. -----
mas sabe senhor Presidente, agora só um aparte relativo ao ritmo de visitas
governamentais ao Montijo, só me leva a concluir a falta de confiança que
existe no Largo do Rato de que o Senhor consegue ganhar as próximas eleições,
e que frequentemente lá enviam um membro do Governo ao Montijo, para tirar
uma fotografia ao seu lado, para depois se colocar no facebook, internet, e
demais publicações da Câmara Municipal de Montijo. -----

Mas voltando ao memorando e ao seu Caderno de Encargos, questiono do seu
caderno de encargos, o que está de facto de concreto escrito no atual
memorando? -----

Senhor Presidente, por outro lado, quem irá pagar esse Caderno de Encargos,
visto que o Governo diz que o projeto não será pago por dinheiros públicos, mas
sim pelas taxas aeroportuárias (leia-se pela ANA). -----

No entanto, em notícias vindas a público, nomeadamente no Semanário
Expresso a 5 de fevereiro, é mencionado que o valor do investimento pode não
ser obrigatoriamente assumido na totalidade pela ANA, dependendo do tipo de
obras que forem incluídas. Nos casos em que a respetiva utilidade exceda
manifestamente o âmbito do funcionamento do aeroporto, admite-se que uma
parte desses custos poderá não ser suportada pela ANA. -----

Então senhor Presidente, quem irá pagar o seu caderno de encargos, como por
exemplo a recuperação das salinas e frente ribeirinha, ou a criação de uma linha
de elétrico do centro do Montijo até ao aeroporto? -----

Ou vamos voltar a ver o que se passou com o terminal do Cais do Seixalinho,
que das obras prometidas, nem vê-las. -----

Por outro lado senhor Presidente, gostávamos de saber ainda o que está a ser



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H P

previsto pelos serviços autárquicos em termos de revisão do PDM, ou ainda de compatibilização das candidaturas apresentadas ao Portugal 2020, nomeadamente de ciclovias que previam o aproveitamento do antigo ramal ferroviário. -----

Por último para terminar, gostaríamos também de saber quais são os investimentos privados de turismo, nomeadamente de hotelaria que têm sido anunciados na comunicação social e redes sociais por si ou por pessoas que lhe são bastantes próximas. -----

Em síntese e como nota final, o congratular da bancada da Assembleia municipal de Montijo do PSD pela decisão do aeroporto complementar de Lisboa ser no Montijo, mas também a nossa incompreensão pelo adiamento político de ano e meio desta decisão. -----

Pedimos ainda ao senhor Presidente que nos forneça a esta Assembleia Municipal, o memorando assinado a 15 de fevereiro, assim como os novos estudos desenvolvidos pelo atual Governo. -----

E termino a minha intervenção, lembrando as quatro questões que esperamos que o senhor Presidente, responda: -----

1. O que está escrito no memorando de 15 de fevereiro, que garanta a execução do seu caderno de encargos, e o que levou a só agora desbloquear o processo; -----
2. Quem vai pagar o caderno de encargos que a Câmara Municipal de Montijo apresentou à ANA; -----
3. Que medidas a Câmara Municipal de Montijo está a tomar em termos de revisão do PDM e de articulação das candidaturas ao Portugal 2020, e qual o ponto de situação destas; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4. Quais são os investimentos privados ao nível do turismo que deram entrada na Câmara Municipal de Montijo.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: “Fui diretamente interpolado, em relação à intervenção do PSD, o que já era expectável. Queremos estar do lado do interesse público e não do lado da empresa VINCI, porque a questão que se coloca é muito simples. É que o despesismo que é agora colocado, eu agora devolvo a questão com esta. É ou não verdade que o contrato assinado com a empresa VINCI, prevê no seu artigo 42º, ponto 3. A construção do novo aeroporto pela VINCI, é um contrato vosso, a não ser que venha aqui a mesma informação, que o senhor deputado deu no passado sobre a Estrada Nacional 4, que estava tudo pronto e depois não estava nada. -----

A questão que lhe coloco, é esta e de acordo com este contrato não se põe esta questão aqui, ou nós defendemos uma coisa que tem menos custos para a empresa VINCI e depois mais custos para o Estado, porque o que sucede é que daqui a 40 anos, não vamos perder de vista o novo aeroporto, mas vamos fazê-lo daqui por 40 anos. Mas depois a custo do erário público, quando neste momento aquilo que há é um contrato assinado com a empresa VINCI. Alguns média e populistas e sempre a jeito de liderança o executivo local, vieram-se colocar-se desesperados à Base Aérea nº 6, esquecendo que existe um contrato de concessão com a ANA Aeroportos, assinado pelo Governo, em nome do Estado Português em 2012, que o capítulo 11º, página 47, cláusula 42.1, obriga a concessionária ANA a envidar os melhores esforços para maximizar a capacidade operacional das infraestruturas aeroportuárias do aeroporto da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
E

Portela, até à abertura do NAL – Novo Aeroporto de Lisboa, e, não um terminal, não é até à abertura de um terminal, companhias de baixo custo e até à abertura de um novo, um novo aeroporto de Lisboa, veja-se a clausula 42.3. Portanto, quando falamos sobre esta matéria temos que saber de que lado nos colocamos, nós queremos defender o interesse público, porque entendemos que é melhor para o país, para a região e para o concelho do Montijo. Não é naturalmente o melhor para o grupo VINCI. Nós colocamo-nos neste lado da história.” -----

O senhor **Deputado Municipal – João Figueiredo (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Senhor deputado, eu estou aqui a defender os interesses de todos os portugueses, incluindo eu próprio. Porque como português não estou disponível e eu sou funcionário do Estado Português, para gastar mais um euro para despesismos públicos, de políticos e de autarcas irresponsáveis. Porque eu acho uma vergonha, o que aconteceu nos últimos anos e as graves restrições que todos tivemos que fazer, por causa de despesismos públicos que existiram, continuar-se a defender o mesmo ponto. -----

Senhor deputado, se encontrarmos uma solução que tecnicamente satisfaz o país, é uma boa solução em termos regionais e nacionais, o próprio Ministro das Infraestruturas já veio dizer, porque é que esta solução, é melhor do que o atual aeroporto de Alcochete, sobretudo em termos de questões de competitividade com o aeroporto de Barcelona e o aeroporto de Madrid, inclusivamente do ponto de vista da competitividade Aérea e da captação de investimento para o país e Ministro veio dizer esta semana que é a melhor solução.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink, including a large 'A' and 'F' and a signature that appears to be 'H. E.'.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, em resposta às questões colocadas pelos senhores deputados, disse: “Objetivamente e em primeiro lugar quero dizer que o dia 15 de fevereiro de 2017, foi um dia histórico para a nossa cidade. E foi um dia histórico porque o novo aeroporto civil no Montijo, na Base Aérea nº 6, pela sua localização e pelo seu programa constituirá a partir de agora um instrumento de afirmação da cidade. Isto é o que nos deve a partir de agora preocupar com este projeto. Porque este projeto tem implicações profundas sobre o território, sobre o nosso desenvolvimento e é sobre essa questão de uma visão que temos que ter para integração deste projeto que nós nos devíamos de nos entender mais. -----

Os senhores deputados colocaram algumas questões que eu não posso deixar de esclarecer. Quanto à questão do senhor deputado Avelino, que é a questão da unanimidade dos órgãos municipais, relativamente ao Campo de Tiro de Alcochete. Esta questão do Campo de Tiro de Alcochete, como sabe, foi em tempos colocado em Moção pela Câmara Municipal de Montijo e aprovado e também aprovado na Assembleia Municipal, quando o interesse nacional para aí o designava essa localização. Muitas das nossas intervenções foram na defesa dessa localização, tendo em conta claramente o interesse nacional que na altura se expressava para ali. Como todos nós sabemos houve uma alteração significativa, relativamente à localização do aeroporto e particularmente à desistência de uma série de infraestruturas nacionais previstas em resultado do período de austeridade e em abono da verdade em resultado das políticas também que o Governo do PSD, de Passos Coelho resolveu fazer. -----

Essa situação levou a que na altura e isso é bem explicado na nossa última Moção, relativamente ao apoio ao aeroporto da Base Aérea nº 6 do Montijo,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
4
B

que já foi aprovado neste mandato na Câmara Municipal, com os votos favoráveis do PS e do PSD e dois votos contra da CDU. Também aqui nesta Assembleia Municipal foi aprovada uma Moção, proposta pelo PSD e aqui também aprovada pelo PSD e pelo PS e reprovada pela CDU, que votaram contra essa localização, mas os órgãos municipais têm hoje uma posição favorável à localização da BA6. -----

Estamos do lado certo da história e a CDU vai ficar do lado errado da história e queria dizer que relativamente às duas questões que o senhor deputado quis trazer e remexer no passado e trazer para esta Assembleia Municipal duas atas de 2011, no qual, eu enquanto vereador defendi nessa altura, porque o interesse nacional era para aquele local e continuo a defender essas palavras naquele enquadramento. Na ata 21 e relativamente à segurança, na altura falava-se não na utilização da pista 0119 da BA6, mas a ser usada a pista 0826. A pista 0826 é uma pista que tem uma orientação Este/Oeste, e que é, e como é evidente, cruza com a pista de aterragem da Portela. Essa foi a primeira versão de utilização da BA6, porquê? Porque essa pista é mais extensa que a pista que vai ser usada agora. É por isso e com essa informação que o Vereador Nuno Canta mantém essa posição que na altura e agora se fosse essa pista a ser usada, mantinha a questão da insegurança. Mas não é essa que vai ser usada. A pista que está prevista a ser usada é uma pista grosso modo, paralela à pista principal da Portela, portanto, no fundo do atual aeroporto Humberto Delgado, que é a pista 0119 e que tem uma orientação Norte/Sul. Nesse sentido a questão da segurança é retirada deste problema e é isso que os estudos também comprovam e não são estudos que o Presidente da Câmara Municipal conhece ou que tenha na sua posse, são estudos que o Governo tem e que eu



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenho conhecimento que vai disponibilizar à sociedade civil. Portanto, são os estudos que comprovam essa questão e tem a ver com a informação que o senhor Primeiro Ministro e o próprio Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, nos deram publicamente na cerimónia de assinatura do memorando de entendimento para a construção do novo aeroporto no Montijo, na BA6 e isso foi também publicamente informado. -----

Agora o Presidente da Câmara não tem esses estudos, até porque esses estudos não cabe à Câmara Municipal fazer. Como sabe em reunião de câmara houve um senhor Vereador que colocou essa questão e eu tive ocasião de explicar que esses estudos não são da Câmara Municipal, são estudos do Governo, que é a entidade que deve trabalhar essas questões, que nós por acaso a nossa Câmara Municipal por razões óbvias territoriais, foi também em algumas situações ouvida, também fomos auscultados e mostramos interesse em ser. -----

No jornal Rostos, o senhor Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, que agora assinou este memorando contra o aeroporto na BA6, em 2012 defendia a BA6 como aeroporto, veja o jornal Rostos nº 86. -----

Há efetivamente evolução, há de acordo com o interesse nacional, porque a decisão não é da Câmara Municipal, a responsabilidade é do Governo, que está à frente de tudo e nós entendemos que este investimento é do interesse nacional. -----

Quanto à questão do senhor munícipe Francisco Rebelo, na Estrada Nacional 11, essa intervenção está prevista numa empreitada de recuperação de calçadas e que vai resolver este problema. A empreitada terá a duração de mais dois meses e ficará resolvida dentro deste tempo. -----

Quanto à questão de apoio de mais uma trabalhadora para a Assembleia



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, é uma questão que temos de ver de acordo com os recursos humanos que temos, e como já disse, assim que tivermos essa disponibilidade virá um funcionário. -----

Quanto à fatura da água, eu ainda não tenho resposta, mas é uma questão que coloquei aos serviços municipalizados para esclarecer a situação. -----

-Quanto ao reservatório da Rua da Aldeia Velha que colocou numa Recomendação, nós já avaliámos a questão com os nossos serviços e a questão de perigosidade de corrosão. Estamos a trabalhar num projeto de recuperação, segundo informação dos serviços não está em perigo imediato. Todavia, iremos tratar disso por uma questão de ser uma Recomendação da Assembleia municipal. -----

Quanto ao artigo de opinião, o que tenho a dizer é que todas as pessoas são livres de fazerem o artigo de opinião que querem, por isso não tenho que tecer comentários negativos, nem positivos sobre o artigo. Cada um tem a liberdade enquanto cidadão, é desta forma que eu vejo a política, todos os funcionários que estão ao serviço da câmara Municipal. -----

Quanto à questão de vitimização, que é uma palavra que agora a oposição está sempre a dizer. O presidente da Câmara não se vitimiza, no fundo nós temos que responder às situações que vão aparecendo, às questões que os senhores vereadores e deputados nos vão colocando e de acordo com as situações, damos a nossa opinião, tem sido sempre assim. Não há aqui vitimização. -----

Quanto à adoção dos animais, quanto ao período, já percebi que é durante o ano 2016 e apenas quer os nomes das pessoas que adotaram. Está disponível todo o processo, relativamente a esta questão da adoção dos animais, porque tem uma serie de elementos, nome, morada, número fiscal, etc, e para isso



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

fazemos esta remissão para a Direção Geral de Veterinária, nós colocamos em todos os animais adotados um CHIP de identificação, com o registo do proprietário. Senhor Deputado, se quiser analisar em profundidade, poderá dirigir-se ao Gabinete de Sanidade Pecuária ou vou ver se poderei só remeter os nomes. -----

Relativamente à questão do senhor deputado João Figueiredo, que não conseguem entender o atraso de um ano e meio, eu já tive oportunidade de esclarecer através do gabinete da Presidência, relativamente à posição do Presidente da Câmara e do próprio memorando. Nós atuamos sempre na defesa do interesse público dos montijenses, seja com qualquer Governo. Nós quando nos colocámos a defender a BA6 foi numa questão, de se estar a estudar, a Base Aérea de Sintra, de Beja de alternativa ao aeroporto complementar, nós colocámo-nos por causa disso e foi daí que surgiu o envolvimento nessa localização, porque achamos que esta infraestrutura aeroportuária de tal modo importante para esta região, para o concelho e para o país que deve ficar na região a Sul do Tejo e isso é fundamental. Fundamental para o desenvolvimento regional e do concelho e lutámos por isso, por causa desse aspeto, quando se colocou uma discussão, quando foi o primeiro estudo realizado pelo PSD, foi esta avaliação das possibilidades da utilização das bases aéreas na envolvente do aeroporto da Portela. -----

Relativamente ao memorando que foi primeiramente enviado, um caderno de encargos com uma série de infraestruturas que nós achamos importante, não só para a cidade, mas também a eficácia do próprio aeroporto, a ideia é que são infraestruturas essenciais à viabilização da própria localização do aeroporto na BA6 e nesse sentido nós solicitámos na altura ao senhor Secretário de Estado



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANA
7/2

dos Transportes que no memorando que nos enviou e temos uma carta que é pública, em que dizemos, nós estamos de acordo com a localização. Portanto, não nos move nada contra a localização, no entanto, não pode este memorando deixar de ter uma palavra ainda que simples, mas que seja de conetividade entre a cidade do Montijo e o aeroporto. Estas questões são importantes para efetivamente garantir a situação, é por causa disso que o Presidente da Câmara Municipal, eu, não assinámos o memorando, por causa deste aspeto, não por causa dos que invocou políticos e outros. -----

O memorando não o tenho ainda, foi assinado, entre o Ministro do Planeamento, o Secretário de Estado do Tesouro e o Presidente da VINCI e esse memorando será enviado agora para as autarquias. Quando eu o receber, enviarei para os senhores deputados. Sobre os estudos ambientais já foram iniciados durante este ano e estão a ser desenvolvidos e a Câmara Municipal do Montijo, já teve oportunidade de referir em reunião de câmara, já fomos auscultados pela equipa que está a trabalhar nestas questões do impacto ambiental, que é preciso desenvolver. Também quero referir que inicialmente a ANA Aeroportos queria ultrapassar e que nós Câmara Municipal do Montijo sempre dissemos que era necessário avaliação de impacto ambiental, aliás isso são regras europeias, mas quero dizer que havia essa intenção. -----

Como será suportado o caderno de encargos, é um caderno de encargos, como já disse de conetividade com o próprio aeroporto, ele será cumprido obrigatoriamente senão a infraestrutura fica de certa forma “deficiente” instalada no território. Portanto, é uma questão que está obrigatoriamente a ser necessário fazer. -----

Quanto aos investimentos privados de hotelaria em termos urbanísticos,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink.

existem intenções, existem algumas questões concretas, eu aliás na última reunião de câmara, o Vereador do PSD já nos colocou essa questão e eu já disse que irei enviar os processos que já entraram. -----

Quem paga o caderno de encargos é o investidor a ANA Aeroportos, uma vez que o Estado também coloca esta questão na ANA Aeroportos, o valor inicial previsto para este investimento é de cerca de três milhões de euros, foi recebido imediatamente à cabeça pelo Governo do PSD, aquando da assinatura da concessão da Ana Aeroportos e esse dinheiro que deveria ser para o investimento em infraestruturas aeroportuárias foi usado, e isso está nos dados orçamentais do Governo anterior, foi usado para a questão do défice. Portanto, quem irá pagar será obviamente a ANA Aeroportos, isto é um modelo económico, no sentido assente nas taxas aeroportuárias. -----

Que medidas vai tomar a Câmara Municipal? A Câmara Municipal vai tomar várias medidas, no sentido de se envolver no processo das infraestruturas e queremos conhecer cada vez mais as questões que têm a ver com os estudos de impacto ambiental. -----

Quais são os investimentos privados no terreno em turismo? Como já disse, irei enviar para vós.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Isabel Travessa**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O Montijo e os Montijenses estiveram esta semana em grande destaque na Comunicação Social. Pelas melhores razões. O Montijo é agora a localização escolhida para o aeroporto complementar de Lisboa. Com esta decisão, abrem-se não apenas ao Concelho, mas também às autarquias circundantes, novas e



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANA
H
P

grandes perspetivas de desenvolvimento sustentado e de criação de emprego, que a Península de Setúbal tanto precisa e aguarda há muito. -----

Governo e ANA – Aeroportos de Portugal assinaram na tarde de quarta-feira passada o memorando de entendimento que confirma que a solução da BA6 do Montijo é a que tem mais viabilidade, sendo a opção mais sólida e financeiramente comportável na atual conjuntura, em que se impunha encontrar uma solução para o reforço da capacidade aeroportuária. -----

O projeto tem timings bem definidos: 6 meses para a ANA desenhar o projeto e o modelo de financiamento a apresentar ao Governo; conclusão dos estudos de impacto ambiental – nomeadamente o estudo de migração das aves - até final do ano; análise e decisão final em meados de 2018; início dos trabalhos de construção em 2019. -----

Dentro de cinco anos, entre o final de 2021 ou início de 2022, o novo aeroporto do Montijo estará operacional. Permitirá, com uma utilização combinada com Lisboa, uma capacidade máxima de 50 milhões de passageiros, numa solução para as próximas quatro décadas, pelo menos. A Portela está próximo do seu limite, tendo ultrapassado em 2016 um tráfego de 22,4 milhões de passageiros, valor que se previa para dentro de sete anos. -----

Independentemente dos argumentos contra ou a favor, o facto é que depois de décadas de estudos, foi finalmente tomada uma opção, que permitirá ao país aproveitar plenamente o crescimento que se continua a registar no turismo, e por essa via, manter a rota da recuperação económica sustentada. Como afirmou o primeiro-ministro na assinatura do memorando: “chegou a hora do país não adiar mais o esforço de investir no seu desenvolvimento”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
P

Sendo certo que não existem soluções ideais, mas soluções possíveis, a escolha do Montijo tem comprovadas vantagens sobre as demais opções estudadas. Para o nosso Concelho, o novo aeroporto representa sem quaisquer dúvidas uma enorme oportunidade. Ganha em acessibilidades e mobilidade, como o novo acesso à Ponte Vasco da Gama, o reforço do transporte fluvial e rodoviário e a eventual criação de uma linha ferroviária ligeira na Vasco da Gama. Ganha em reforço dos investimentos, em áreas como o turismo, hotelaria ou logística. Ganha na criação de emprego - esperam-se cerca de 20 mil novos postos de trabalho só no setor aeroportuário – e na geração de riqueza, nomeadamente mais receitas para a Autarquia, com a conseqüente maior capacidade de investimento no Concelho. -----

A expectativa dos montijenses é grande. Haverá certamente impactos menos bons, que importa mitigar, nomeadamente em termos sociais e ambientais, e várias decisões a tomar, como a compatibilização no aeroporto complementar do uso civil e militar. Mas o certo é que este projeto tem um potencial de impacto significativo no desenvolvimento, que importa assegurar e potenciar. -- Considerando este projeto um motor de desenvolvimento do Concelho, o Executivo Socialista montijense e a Bancada do PS continuarão atentos e a acompanhar de perto todo o processo, no sentido de defender os interesses dos montijenses. Garantindo o respeito pelos fatores ambientais e a construção de acessibilidades que permitam a conetividade ao aeroporto. Só uma estratégia de desenvolvimento sustentado permitirá ganhos efetivos e um desenvolvimento local que garanta progresso a longo-prazo.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
Fg

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico** (CDU), no uso da palavra, apresentou um **Requerimento** à Mesa, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Os eleitos da CDU, solicitam através da Mesa da Assembleia Municipal que lhes seja fornecida toda a documentação relativa às exigências sobre a alimentação e sobre a prestação destes serviços nas cantinas escolares.” -----

Continuando no uso da palavra, o senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico**, referiu o seguinte: “Relativamente ao aspeto que o senhor Presidente da Câmara referiu que no depósito de água da Rua da Aldeia Velha, que não havia perigo, não é verdade. A situação é a que se verifica lá e qualquer um de nós pode observar, é que existem grandes superfícies de betão de recobrimento da estrutura de betão armado, que está na eminência de ruir sobre o espaço onde circulam os funcionários, ou, interditam o acesso à proximidade do depósito, onde há risco de ruir aqueles grandes troços de betão, ou, vão promover o destacamento daquela superfície de betão, para fazer ruir mais pedaços de betão, para eliminar o risco de queda e ao mesmo tempo podermos observar o estado ruinoso em que estão as armaduras, nomeadamente as cintas dos pilares. Lembro que aqueles pilares estão sujeitos a cargas elevadíssimas, portanto, há perigo eminente sobre os funcionários e que importa resolver para já, para avaliar o perigo em que se encontra a estrutura.”

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues** (PSD), no uso da palavra, disse: “Senhor Presidente o que se passa com o contrato do restaurante da Montiaгри? Já em anteriores sessões de Assembleia municipal levantei esta questão. E se fosse possível gostaria que enviasse documentação relativamente



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H.P.

ao contrato e demais documentos. -----

O assunto do aeroporto é talvez o assunto que mais preocupa, neste momento os montijenses. Eu quando ouvi as declarações do senhor Primeiro Ministro, a dizer que o estudo de impacto ambiental é que ia decidir a localização do aeroporto e disse para comigo *“O Presidente da Câmara deve ter apanhado um susto tremendo”* porque o Primeiro-ministro desautoriza tudo aquilo que estava a ser dito. Enquanto montijense fico muito satisfeito que o Montijo tenha um aeroporto, e não renego a escolha da Base Aérea nº 6 e tenho a minha opinião, que foi sempre que o Montijo devia de ter, era fazer para ter um aeroporto, daí nunca ter estado de acordo com a maneira como o senhor Presidente da Câmara tratou o protocolo, porque foi uma maneira arriscada, o senhor poderia ter comprometido essa situação. -----

O senhor Presidente diz que vamos ter uma cidade com duas margens, é verdade, mas do que vi até agora e há muitas maneiras de fazer um aeroporto, ou seja, de desenvolver aquele projeto, mas também corremos riscos de sermos só os *“vizinhos”* do aeroporto. Eu oiço dizer que vamos fazer novos acessos marítimos a Lisboa, e que possivelmente o Cais do Seixalinho, até será deslocado mais para o interior do aeroporto, não sei se é verdade ou não, mas a acontecer é preciso ter em atenção uma série de fatores. -----

Aliado a isto, temos a ciclovia, o senhor Presidente muitas vezes diz que faz, outras, diz que não faz. É altura de pensarmos, se não seria útil constar no caderno de encargos, uma ligação de metro, de comboio, elétrico, qualquer coisa, mas que ligasse o aeroporto ao Pinhal Novo, porque é uma maneira de trazermos mais gente ao Montijo. Porque se o comboio sair do aeroporto, para a Ponte Vasco da Gama, que eu não acredito sequer que isso possa ser feito,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H
P

mas a ser feito continuamos a ter uma cidade com duas margens, mas continuamos um bocadinho à margem. -----

Essa situação também pode ser o senhor Presidente que pode desenvolver alguma coisa para o aeroporto, tenha alguma validade. Pode ter um acesso à Ponte rodoviário e nem sequer “pisar” o concelho do Montijo, são pormenores, mas que é preciso ter atenção a elas, outra situação, é o que é que o Montijo vai fazer, desde o homem que carrega a mala, até ao técnico do avião, uma panóplia de gente, de atividades e de necessidades que o Montijo tem que dar, sobre as mais variadas formas, temos que preparar a terra para que seja apelativo. O senhor Presidente tem três anos de mandato muito “levianos”, que não tem atingido a excelência que o Montijo merece, pode ser que agora até seja capaz de o fazer. O senhor tem fotografias nas sargetas, nos passeios, em todo lado. Olhe, perca um bocadinho mais do seu tempo a pensar em projetos de outra dimensão, se calhar era um favor que fazia a si e ao Montijo. -----

O PSD foi acusado pela CDU, pelo deputado Avelino Antunes, mais uma vez, bateu na tecla do lucro, na tecla das coisas que ele defende, mas o senhor deputado Avelino esqueceu-se de um pormenor, é que esses favores a serem verdadeiros, estão a ser feitos por um Governo, que não é do PSD, mas por um Governo da CDU, PS e BE, apoiam, ou seja, a chamada “geringonça”. A haver esses defeitos, é bom que assumam a paternidade de alguma parte ou que façam valer dentro das vossas possibilidades, que esses defeitos não aconteçam. -----

Portanto, dizer ainda que se isto for só um “foguetório” de campanha eleitoral, porque o 2019, já vai em 2022 e eu já vi fazer o aeroporto de Rio Frio, o aeroporto da Ota, o aeroporto de Campo de Tiro, aeroporto do Montijo, etc. E



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
h
P

também já vi este país, com a governação do PS ficar sem dinheiro para fazer nada.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, apresentou três **VOTOS DE PESAR**, que abaixo se transcrevem: -----

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE MÁRIO SOARES

(7 de dezembro de 1924 - 7 de janeiro de 2017)

No passado dia 7 de janeiro, Portugal viu partir um ícone da democracia, no nosso país: Mário Soares. -----

Faleceu aos 92 anos, depois de uma vida cheia e significativa que se encontra ligada aos grandes acontecimentos da nossa história contemporânea: -----

- a luta contra a ditadura que o levou a ser perseguido e preso, por treze vezes, nas masmorras da PIDE; -----

- o exílio e a fundação do Partido Socialista, em 1973, partido que se revelaria fundamental na construção de um Portugal livre e democrático, defensor de direitos humanos, do progresso, da justiça social e da tolerância; -----

- líder carismático que se apresentou doze vezes a eleições (com vitória em 9); --

-estadista ímpar, como chefe dos governos que liderou, como presidente da República e defensor inabalável do nosso país no e do contexto da União Europeia; -----

- homem de luta por ideais, até ao fim dos seus dias, inquieto, crítico, tantas vezes controverso, na sua incessante busca dos caminhos mais justos do homem e da História; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H P

- defensor incansável das liberdades, do diálogo, negociação, em vista do valor mais alto da política: o interesse do Povo e do Bem Comum. -----

Com Mário Soares faleceu um dos pilares mais dignos da nossa democracia e uma das estrelas mais brilhante do universo político português e europeu. -----
Sonhou um Portugal maior e contribuiu, com a sua luta, tenacidade e inteligência, de forma decisiva, para o engrandecimento da nossa nação. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu o supracitado **Voto de Pesar** à votação da Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE LUCIANO JOSÉ CAVACO

Faleceu, no passado dia 31 de janeiro, com apenas quarenta anos, o cidadão montijense, Luciano Cavaco. -----

Figura do espetáculo, área em que desempenhou diversas funções como fadista, ator, escritor e figurinista, o Luciano, o «Luce» como lhe chamavam os amigos, deixou a sua marca neste mundo que abandonou prematuramente: a marca do amor, da genuinidade, da coragem, do talento, da curiosidade e da imensa e contagiante alegria de viver. -----

Deixamos os sentidos pêsames à família enlutada e amigos, mas também à nossa terra que, com pesar, viu partir demasiado cedo um dos seus homens de bem. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
↓
Lg

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu o supracitado **Voto de Pesar** à votação da Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

VOTO DE PESAR
PELO FALECIMENTO DE AMÂNDIO DE CARVALHO

(1937-1917)

Faleceu, no passado dia 3 de fevereiro, aos 79 anos, Amândio José Correia de Carvalho. -----

Deixa, em Portugal e no Montijo, a sua terra, um legado marcante na defesa de valores políticos e morais que se pautaram pelo trabalho, pela dedicação, pelo espírito de cidadania, pela seriedade e honradez. -----

A paixão pelo desporto marcou a sua vida, primeiro, como praticante (ténis de mesa, basquetebol e voleibol), depois, como treinador de futebol e dirigente desportivo: -----

- Foi vice presidente e secretário geral da Associação de Futebol de Setúbal, nos anos de 1971-1989 e 1991-1998, respetivamente; -----

- Foi dirigente da Federação Portuguesa de Futebol, assumindo o cargo de vice-presidente desportivo de 1983 a 87 e vice-presidente administrativo de 1998 a 2011; -----

- Foi coordenador das seleções nacionais do Euro-84 e do Mundial-86, integrando, também, a equipa dirigente do Mundial-2006, Euro-2008, Mundial-2011 e na qualificação para o Euro-2012. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
412

Dedicado, de forma incansável, à sua terra, o Montijo onde nasceu e viveu sempre, foi sócio fundador do Clube Desportivo do Montijo (1948) e d' O Palmeiras – Clube Montijense de Desportos (1949). -----

Foi dirigente da Santa Casa da Misericórdia e Presidente da Associação de Festas do Montijo, nos anos de 1987-89. -----

Foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica 1º de Dezembro, desde 1990 e, desde 2016 presidia à Mesa da Assembleia Geral Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo. -----

Eleito pelo Partido Socialista, foi Presidente da Assembleia Municipal do Montijo entre 2009 e 2013. -----

O honroso percurso de Amândio de Carvalho mereceu o reconhecimento social, tendo sido agraciado em 2011 com o Grau de Comendador da Ordem de D. Henrique, pelo Presidente da República Aníbal Cavaco Silva. -----

De entre as várias cerimónias de reconhecimento, destacamos, finalmente a que ocorreu no passado dia 17 de dezembro, no Cinema Teatro Joaquim de Almeida, na qual foi homenageado como Presidente da Assembleia Municipal do Montijo, tendo recebido, das mãos da atual Presidente, Maria Amélia Antunes, a escultura comemorativa dos 40 anos do Poder Local democrático. ---

Pelo seu inegável valor permanecerá como exemplo de grande português e grande montijense, na nossa memória coletiva. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu o supracitado **Voto de Pesar** à votação da Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO MONTIJO, EM HOMENAGEM AOS FALECIDOS,
FEZ UM MINUTO DE SILÊNCIO.** -----

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, por forma a produzir eficácia imediata. -----

Dado o adiantado da hora, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a primeira reunião da primeira sessão ordinária, era uma hora e vinte minutos, do dia dezoito de fevereiro de dois mil e dezassete. Informou ainda, todos os presentes que a segunda reunião ficava agendada para a próxima sexta-feira, dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas. -----

E eu, *Joaluzina Maria Cerveido Barbosa*, Assistente Técnica, da Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----

----- A Presidente da Assembleia -----

Maria Apolónia Antunes

----- O 1º Secretário -----

Pedro Rafael Pereira Reis Camanho

----- A 2ª Secretária -----

Isabel Isabel Cerveido Lencastre

